



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

BOLETIM DE TRABALHO

DO RIO GRANDE DO SUL

V. 6 N. 4

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Bruno Silveira

Subsecretária de Planejamento: Carolina Mór Scarparo

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 6, N. 4, dezembro 2024

Porto Alegre, RS

Bol. Trab.	Porto Alegre	v. 6	n. 4	p. 1-33	dez. 2024
------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 20.º andar

Porto Alegre - RS - 90119-900

Fone: (51) 3288-1196

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Chefe da Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

Equipe Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

Revisão Técnica: Martinho Roberto Lazzari

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento,
Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1,
(2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e
Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio
Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e
Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2024	6
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	6
1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL	8
1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	11
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS	15
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
2 O EMPREGO FORMAL: CRESCIMENTO MENOS EXPRESSIVO DO PAÍS E DISTRIBUIÇÃO HETEROGÊNEA	19
2.1 O DESEMPENHO DO EMPREGO GAÚCHO: MANTÉM-SE A ÚLTIMA COLOCAÇÃO DO ESTADO	19
2.2 A PERSPECTIVA SETORIAL: O VIGOR DA CONSTRUÇÃO E AS DIFICULDADES DA INDÚSTRIA	21
2.3 ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES INCORPORADOS AO SEGMENTO FORMAL	25
2.4 OS RESULTADOS NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS	28
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
BOX	31
TRABALHO INFORMAL NO RIO GRANDE DO SUL, NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2024: SEGMENTOS SOCIODEMOGRÁFICOS DE MAIOR CRESCIMENTO	31
REFERÊNCIAS	33

SUMÁRIO EXECUTIVO

Na **seção 1** deste número do **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul**, elaborada com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam-se evidências sobre o desempenho de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul no terceiro trimestre de 2024.

No terceiro trimestre de 2024, a taxa de participação na força de trabalho ficou estável tanto na margem quanto em termos interanuais no RS, assim como nos demais estados da Região Sul e em SP, enquanto, no País, se elevou. O nível de ocupação, no terceiro trimestre de 2024, ante o trimestre imediatamente anterior, registrou variação positiva no RS e no País e permaneceu estável em SC, no PR e em SP. Nessa referência comparativa, a intensidade do acréscimo do nível de ocupação do RS foi superior à do agregado nacional, denotando uma recuperação dos efeitos adversos da calamidade climática ocorrida no Estado, no segundo trimestre de 2024. Já o desempenho interanual positivo do nível de ocupação do RS fez com que o Estado passasse, entre todas as unidades da Federação (UFs), do oitavo maior patamar do indicador no terceiro trimestre de 2023 para o sexto maior no terceiro trimestre de 2024.

Um aspecto que se destacou no terceiro trimestre de 2024 foi o atinente ao trabalho informal, que apresentou uma elevação expressiva no RS em bases interanuais, superior à do País, enquanto, nos demais estados da Região Sul e em SP, permaneceu estável. Nesse sentido, no terceiro trimestre de 2024, ante o mesmo trimestre do ano anterior, a ocupação informal no RS teve um acréscimo superior ao da ocupação total, o que implicou aumento da taxa de informalidade estadual. Assim, como decorrência desse comportamento, o RS, que tinha a quarta menor taxa de informalidade entre as UFs no terceiro trimestre de 2023, passou a registrar o sexto menor nível do indicador no terceiro trimestre de 2024.

A taxa de desocupação, no terceiro trimestre de 2024, em relação ao trimestre imediatamente anterior, evidenciou redução no RS, assim como, entre as suas referências comparativas selecionadas, em SC e no País, e manteve-se estável no PR e em SP. No RS, essa queda da taxa de desocupação foi provocada pela elevação do nível de ocupação, uma vez que a taxa de participação na força de trabalho ficou estável. Na referência comparativa interanual, no terceiro trimestre de 2024, a taxa de desocupação manteve-se estável no RS e no PR — as suas oscilações não têm significância estatística —, e registrou redução em SC, em SP e no País. Dado esse comportamento interanual, o RS passou, entre todas as UFs, da sexta menor taxa de desocupação no terceiro trimestre de 2023 para a nona menor no terceiro trimestre de 2024.

O rendimento médio real habitual dos ocupados, no terceiro trimestre de 2024, seja na margem, seja em termos interanuais, ficou estável no RS. Nesta última referência comparativa, evidenciou variações positivas em SC, no PR, em SP e no País.

A desigualdade de rendimentos dos ocupados, medida pelo coeficiente de Gini, no terceiro trimestre de 2024, em termos interanuais, ficou praticamente estável no RS, aumentou em SC, no PR e em SP, enquanto, no âmbito nacional, evidenciou redução. A posição relativa do RS ante todas as UFs, em termos de desigualdade de rendimentos dos ocupados, manteve-se inalterada, uma vez que o Estado evidenciou o nono menor coeficiente de Gini tanto no terceiro trimestre de 2023 quanto no de 2024.

No terceiro trimestre de 2024, na margem, a massa de rendimento real habitual dos ocupados manteve-se estável no RS, no PR, em SP e no País; já em SC, apresentou variação positiva. Na comparação interanual, no terceiro trimestre de 2024, o comportamento do indicador foi favorável tanto para o RS quanto para os demais estados da Região Sul, SP e o País. No RS, o desempenho interanual positivo da massa de rendimento real habitual foi determinado exclusivamente pelo aumento do contingente de ocupados, dado que, nessa referência comparativa, o rendimento médio real habitual se manteve estável.

A segunda seção tematiza apenas uma seção do mercado de trabalho: os ocupados formalmente empregados. A análise apoia-se em duas bases estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que se alimentam dos registros administrativos referentes a admissões e desligamentos de trabalhadores, informados pelos estabelecimentos empregadores: o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) e, acessoriamente, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A primeira delas é especialmente proveitosa para estudos conjunturais, por se tratar de uma informação mensal e bastante tempestiva (ao final de cada mês, costumam ser publicados os

resultados referentes ao mês anterior). A segunda, com periodicidade anual, perde em atualidade, mas é consideravelmente mais vasta, por consolidar as informações de todos os indivíduos que mantiveram vínculo formal de emprego ao longo de um ano, e não apenas daqueles cujos contratos foram iniciados ou encerrados no período.

O emprego formal do Rio Grande do Sul encerrou o mês de outubro com um estoque de 2.850.476 vínculos de trabalho, recuperando e superando, pela primeira vez, o patamar de abril deste ano, que precedeu o desastre climático que atingiu o Estado. Em 12 meses, até outubro último, o saldo positivo foi de 61,7 mil postos, uma variação de 2,2% em comparação com o mesmo mês de 2023.

No contexto nacional, o emprego formal gaúcho mostra, novamente, a mais baixa variação entre as 27 unidades da Federação, seja nos 12 meses encerrados em outubro último, seja no resultado anualizado imediatamente anterior, seja, ainda, no acumulado de 48 meses desde o primeiro outubro da série do Novo Caged, base estatística do MTE, que é a principal fonte da seção 2.

Do saldo dos últimos 12 meses, no Estado, os serviços responderam por 63,3%; o comércio foi o segundo principal responsável, com 19,1%. A construção respondeu por 12,2%, um resultado muito expressivo para o setor, que detém 5,0% do emprego formal gaúcho. Já a indústria aportou apenas 5,8% dos empregos adicionais, 3,5 mil vagas, enquanto a agropecuária, o menor no mercado formal, foi o único setor a enfrentar uma retração próxima à estabilidade.

Tomando-se as variações anualizadas (referidas aos 12 meses anteriores) mais recentes, no Estado, maio — auge do excesso de precipitações — trouxe um marcante arrefecimento das cadências de crescimento em todos os setores. Apenas a indústria colocou-se no terreno negativo, o que, entretanto, já havia acontecido em abril. Junho assinalou nova redução dos percentuais anualizados de expansão do emprego — com a exceção da construção, que iniciava já então sua trajetória de dinamização — e um aprofundamento da contração da indústria. De julho a outubro, houve uma paulatina elevação dos resultados de todos os setores, exceção, dessa vez, à agropecuária. A indústria só alcançou uma variação anual não negativa, equivalente a zero, em agosto, e, nos dois meses mais recentes, mostrou expansões muito brandas. A construção sustentou o impulso e atingiu variação de 5,6% em outubro.

Dez das 24 divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0 que compõem a indústria de transformação (IT) passaram por redução de contingente nos últimos 12 meses disponíveis. O maior recuo em número absoluto de postos (-3,2 mil) ocorreu em couro e calçados (-3,1%). Seguiram-se outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (no RS, fundamentalmente um contingente pequeno dedicado à produção de embarcações na Região Sul), com -2,6 mil vínculos. A terceira maior redução ficou com máquinas e equipamentos, (-1,5 mil vagas).

Os 61,7 mil vínculos adicionais de trabalho distribuíram-se de modo heterogêneo entre diferentes grupos populacionais. A expansão do emprego feminino superou largamente a do emprego masculino, tocando às mulheres 59,1% dos empregos gerados nos últimos 12 meses disponíveis. Essa dianteira verificou-se em quatro dos cinco grandes grupamentos setoriais, sendo a exceção a construção. O saldo dos trabalhadores com menos de 25 anos de idade atingiu 79 mil vínculos adicionais, resultado 28% superior ao saldo total do emprego formal. Houve, portanto, reduções acumuladas de 19,3 mil vínculos no conjunto das faixas a partir dos 30 anos de idade. Quanto à escolaridade dos empregados formais, entre outubro de 2023 e outubro último, não houve saldo negativo em nenhuma faixa de escolaridade, diferentemente do que se vinha verificando nas últimas edições do Boletim. Ainda assim, os trabalhadores mais escolarizados, com ensino superior completo e incompleto, que representavam 27,7% do total de empregados formais ao final de 2022 — segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), também do MTE —, responderam por apenas 5,9% do saldo positivo. Similarmente, os trabalhadores com fundamental completo ou menos participaram com tão somente 5,2% dos empregos adicionais, enquanto, ao final de 2022, representavam 18,4% da estrutura. Com isso, 88,8% do saldo gerado nos últimos 12 meses contemplaram indivíduos com ensino médio incompleto ou completo (que detinham 53,9% da estrutura do emprego ao final de 2022).

As variações do emprego nas Regiões Funcionais (RFs) do Estado distribuíram-se entre o mínimo de 0,4% na RF 7 (Noroeste) e o máximo, mais de 10 vezes superior, de 4,3% na RF 9 (Norte).

1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2024¹

Alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, no segundo trimestre de 2024, evidenciaram estabilidade (Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul, 2024). Nesse sentido, a taxa de participação na força de trabalho, o nível de ocupação, a taxa de desocupação e a taxa de informalidade, no segundo trimestre de 2024, tanto na margem quanto em termos interanuais, mantiveram-se estáveis no RS. Todavia, devido à calamidade climática que ocorreu no Estado no final de abril e em maio deste ano, esse foi um comportamento, de certa forma, um tanto inesperado dos indicadores do mercado de trabalho. Em outra perspectiva, a posição relativa do RS ante a totalidade das unidades da Federação (UFs), quando da comparação do segundo trimestre de 2024 com o mesmo trimestre de 2023, registrou deterioração relevante em indicadores como o nível de ocupação e a taxa de desocupação (Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul, 2024).

Nesta seção, elaborada com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam-se evidências atualizadas sobre o desempenho de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do Estado, sendo o seu foco o terceiro trimestre de 2024. Coteja-se o desempenho do mercado de trabalho do RS, no terceiro trimestre de 2024, sistematicamente com o dos Estados de Santa Catarina, do Paraná e de São Paulo, assim como com o do País. São feitas, adicionalmente, com indicadores selecionados do mercado de trabalho, comparações da evolução da posição relativa do RS, no terceiro trimestre de 2024, ante todas as unidades da Federação. A seção encontra-se estruturada em cinco tópicos: participação na força de trabalho; nível de ocupação e trabalho informal; subutilização da força de trabalho; rendimentos dos ocupados; e considerações finais.

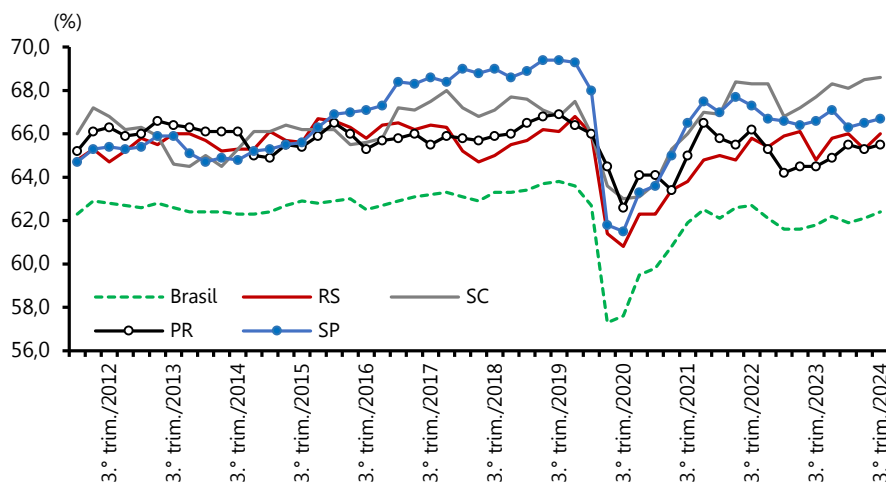
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

Após sofrer uma abrupta queda durante o pior momento da pandemia de COVID-19 para o mercado de trabalho, no segundo trimestre de 2020, devido às medidas de distanciamento social adotadas durante a crise sanitária, a taxa de participação na força de trabalho (TPFT)² evidenciou um processo de recuperação que se estendeu até o terceiro trimestre de 2022. No terceiro trimestre de 2024, tanto na margem quanto em termos interanuais, a TPFT manteve-se estável no RS (66,0%), assim como em SC (68,6%), no PR (65,5%) e em SP (66,7%), enquanto, no País, na referência comparativa interanual, se elevou de 61,8% para 62,4% (**Gráfico 1**). Esse indicador encontrava-se, no RS, no terceiro trimestre de 2024, praticamente no mesmo nível do terceiro trimestre de 2019 (66,1%), um período anterior ao da pandemia de COVID-19. Nos casos do PR e de SP, assim como no País, ainda estava em nível inferior ao do terceiro trimestre de 2019 e, em SC, superava o desse trimestre de 2019.

¹ Esta seção foi elaborada com dados disponíveis até 22 de novembro de 2024.

² A **taxa de participação na força de trabalho** é obtida pela divisão da força de trabalho pela População em Idade de Trabalhar, sendo expressa em termos percentuais (ILO, 2016). O indicador mede, assim, a parcela relativa de pessoas de 14 anos ou mais de idade — delimitação etária adotada pela PNAD Contínua — que está no mercado de trabalho, seja na condição de ocupada, seja na de desocupada.

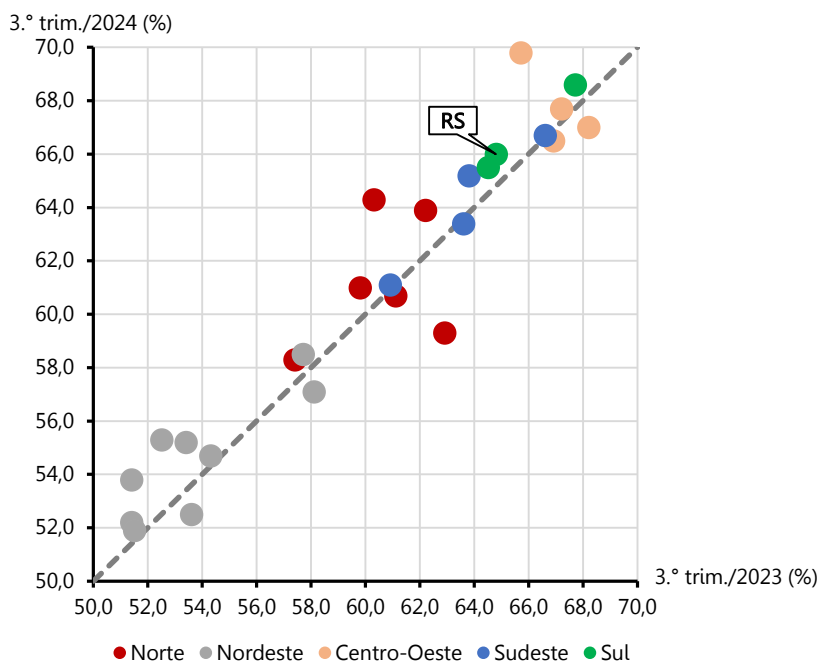
Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2024



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024b).

A evolução da posição relativa da TPFT do RS ante todas as UFs pode ser conhecida por meio das evidências apresentadas no **Gráfico 2**. Nesse gráfico de dispersão, a TPFT do terceiro trimestre de 2023 está sendo medida no eixo horizontal, e a do terceiro trimestre de 2024, no eixo vertical. Assim, cada ponto no Gráfico 2 reúne a informação relativa à TPFT das UFs nesses dois trimestres: quanto mais à direita estiver o ponto, maior será o nível do indicador no terceiro trimestre de 2023, e, quanto mais acima, maior será no terceiro trimestre de 2024. De acordo com o que se pode constatar, o RS manteve a sétima maior TPFT em ambos os trimestres, uma vez que existem, no Gráfico 2, seis pontos à direita e acima do que representa o Estado, que correspondem às quatro UFs da Região Centro-Oeste, a SC e SP.

Gráfico 2 - Taxa de participação na força de trabalho, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 3.º trim./2023 e 3.º trim./2024



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024b).

O número absoluto de pessoas na força de trabalho (FT), no terceiro trimestre de 2024, ante o trimestre imediatamente anterior, manteve-se estável no RS, em 6.303 mil pessoas, assim como no PR e em SP; em SC, registrou uma variação positiva de 1,0%, e, no País, de 0,6% (**Tabela 1**). Na comparação do terceiro trimestre de 2024 com o

mesmo trimestre de 2023, verifica-se uma variação positiva da FT do RS de 2,1% (mais 129 mil pessoas), de 3,5% em SC e de 1,7% no âmbito nacional; já no PR e em SP, a FT ficou estável. Nessa última referência comparativa, portanto, houve aumento absoluto da oferta de FT no mercado de trabalho do RS, assim como em SC e no plano nacional.

Tabela 1 - Força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	FORÇA DE TRABALHO (1.000 pessoas)							VARIÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	3.º Trim./2022	3.º Trim./2023	2.º Trim./2024	3.º Trim./2024	3.º Trim./2024 2.º Trim./2024	3.º Trim./2024 3.º Trim./2023
Brasil	107.535	98.037	106.430	108.729	108.154	109.372	110.030	(1)0,6	(1)1,7
RS	6.212	5.711	6.086	6.261	6.174	6.229	6.303	1,2	(1)2,1
SC	3.922	3.784	3.924	4.098	4.131	4.231	4.274	(1)1,0	(1)3,5
PR	6.172	5.851	6.072	6.260	6.188	6.285	6.298	0,2	1,8
SP	26.087	23.411	25.614	26.128	26.061	26.254	26.356	0,4	1,1

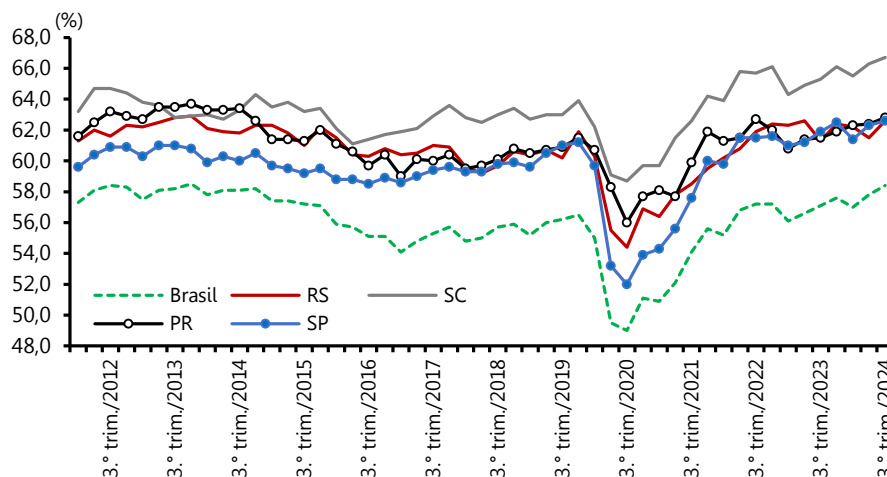
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024b).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL

O nível de ocupação (NO)³ teve uma retração expressiva durante o pior momento da pandemia de COVID-19 para o mercado de trabalho, em 2020. Esse indicador evidenciou uma trajetória de recuperação, que se estendeu, grosso modo, até o segundo trimestre de 2023. Desde então, o NO não vinha tendo uma trajetória bem definida. No terceiro trimestre de 2024, em comparação com o segundo trimestre do mesmo ano, o NO elevou-se de 61,5% para 62,6% no RS e de 57,8% para 58,4% no País, tendo permanecido estável em SC (66,7%), no PR (62,8%) e em SP (62,6%) (**Gráfico 3**). Quando se compara o terceiro trimestre de 2024 com o terceiro de 2023, constata-se elevações do NO no RS (1,3 ponto percentual), em SC (1,4 ponto percentual), no PR (1,3 ponto percentual) e no País (1,3 ponto percentual), enquanto, em SP, o indicador manteve-se estável. Esse desempenho denota, no caso do RS, em face da calamidade climática verificada no Estado, no mês de maio de 2024, uma recuperação relativamente rápida da ocupação.

Gráfico 3 - Nível de ocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2024



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024b).

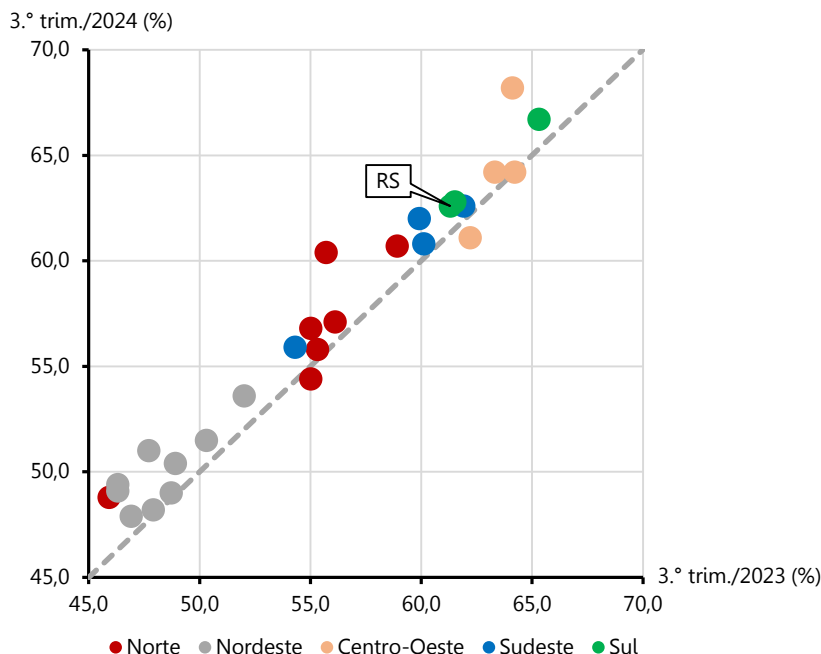
Pode-se identificar a posição relativa do NO do RS ante todas as UFs, no terceiro trimestre de 2023 e no de 2024, no **Gráfico 4**⁴. Nesse sentido, constata-se que o Estado detinha o oitavo maior nível do indicador no terceiro trimestre de 2023, uma vez que sete pontos se situam à sua direita, correspondendo a eles SC, PR, SP e as quatro

³ O nível de ocupação é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela População em Idade de Trabalho, sendo expresso em termos percentuais (ILO, 2016).

⁴ Para interpretar as evidências contidas no Gráfico 4, ver exposição feita quando da apresentação dos dados relativos ao Gráfico 2.

UFs da Região Centro-Oeste. No que diz respeito ao terceiro trimestre de 2024, o RS havia avançado para o sexto maior NO: conforme se constata no Gráfico 4, há cinco pontos acima da posição do Estado, que representam SC, PR, GO, MS e MT.

Gráfico 4 - Nível de ocupação, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 3.º trim./2023 e 3.º trim./2024



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024b).

O número absoluto de ocupados registrou crescimento no terceiro trimestre de 2024, na margem, no RS (2,1%, mais 122 mil pessoas), assim como em SC (1,4%) e no País (1,2%); no PR e em SP, o contingente de ocupados permaneceu estável (**Tabela 2**). Na referência comparativa interanual, no terceiro trimestre de 2024, ocorreram variações positivas generalizadas do número absoluto de ocupados: no RS, 2,4%, mais 141 mil ocupados; em SC, 4,3%; no PR, 2,4%; em SP, 2,3%; e, no âmbito nacional, 3,2%. Com base nessas evidências, constata-se que foi na margem que o Estado teve um desempenho superior do contingente de ocupados em relação aos de SC, PR, SP e ao do País no terceiro trimestre de 2024.

Tabela 2 - Contingentes de ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	OCUPADOS (1.000 pessoas)							VARIÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	3.º Trim./2022	3.º Trim./2023	2.º Trim./2024	3.º Trim./2024	3.º Trim./2024 2.º Trim./2024	3.º Trim./2024 3.º Trim./2023
Brasil	94.737	83.439	92.976	99.269	99.838	101.830	103.029	(1)1,2	(1)3,2
RS	5.657	5.111	5.573	5.885	5.843	5.862	5.984	(1)2,1	(1)2,4
SC	3.695	3.531	3.717	3.944	3.984	4.096	4.156	(1)1,4	(1)4,3
PR	5.613	5.234	5.589	5.932	5.902	6.006	6.045	0,6	(1)2,4
SP	22.918	19.798	22.188	23.873	24.199	24.580	24.763	0,7	(1)2,3

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024b).

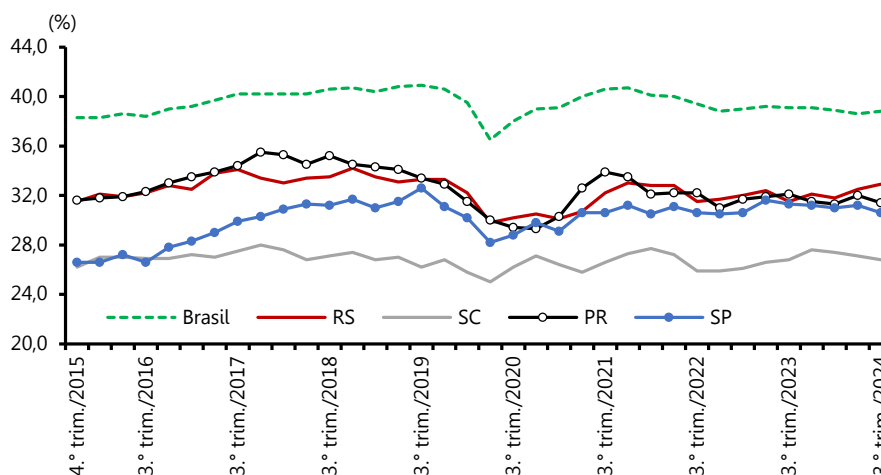
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

Quanto à segmentação da estrutura de ocupações, a taxa de informalidade (TI)⁵, no terceiro trimestre de 2024, em relação ao segundo trimestre do mesmo ano, manteve-se estável no RS (32,9%), assim como em SC (26,8%), no

⁵ De acordo com a delimitação adotada pelo IBGE, são considerados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares (IBGE, 2024b). A **taxa de informalidade** é obtida pela soma dessas categorias, a qual é dividida pelo contingente total de ocupados.

PR (31,4%), em SP (30,6%) e no País (38,8%) (**Gráfico 5**). Na referência comparativa interanual, no terceiro trimestre de 2024, o indicador registrou variação positiva no RS (1,5 ponto percentual) e estabilidade nos demais estados da Região Sul, em SP e no País. Tanto o RS quanto PR, SP e o País, no terceiro trimestre de 2024, ainda mantinham a TI inferior à do terceiro trimestre de 2019, um período anterior à pandemia de COVID-19, situação que já não mais ocorria em SC.

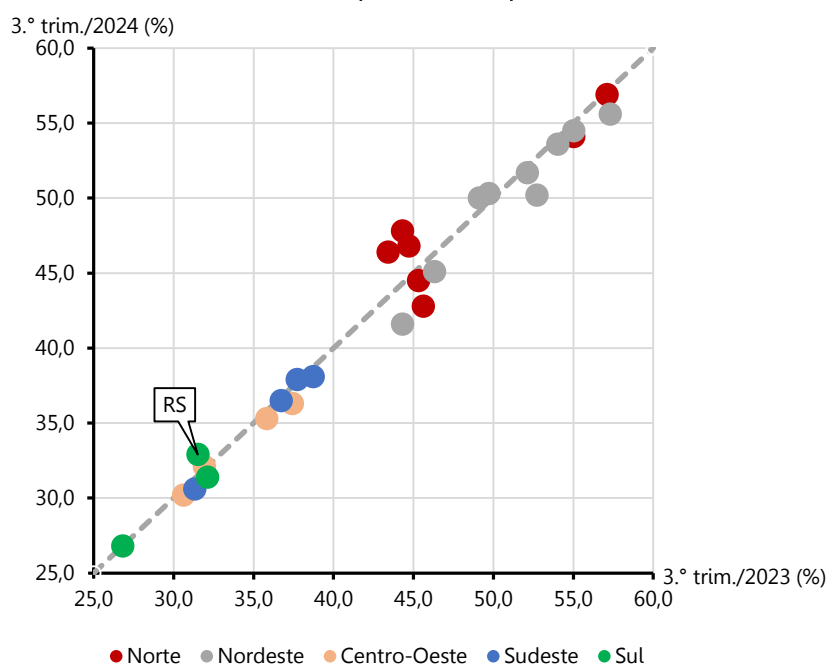
Gráfico 5 - Taxa de informalidade no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim./2015-3.º trim./2024



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024b).
Nota: A taxa de informalidade está disponível a partir do 4.º trim./2015.

Em decorrência do comportamento interanual da TI do RS no terceiro trimestre de 2024, houve uma piora da sua posição relativa ante todas as UFs (**Gráfico 6**). Nesse sentido, como se pode constatar no referido gráfico de dispersão, no terceiro trimestre de 2023, o Estado possuía a quarta menor TI entre as UFs, uma vez que existem três pontos à sua esquerda, que correspondem a SC, DF e SP. Por sua vez, no terceiro trimestre de 2024, o RS passou a deter a sexta menor TI, pois, abaixo dele, situam-se, no Gráfico 6, SC, PR, SP, DF e MS.

Gráfico 6 - Taxa de informalidade, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 3.º trim./2023 e 3.º trim./2024



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024b).

No terceiro trimestre de 2024, em relação ao trimestre imediatamente anterior, o contingente de ocupados informais⁶ permaneceu estável no RS (1.970 mil pessoas), em SC, no PR e em SP; já no âmbito nacional, registrou variação positiva de 1,6% (**Tabela 3**). Quanto à referência comparativa interanual, no terceiro trimestre de 2024, o número absoluto de ocupados informais evidenciou um aumento, no RS, de 7,0%, mais 128 mil pessoas, sendo este muito superior ao verificado no País (2,4%); SC, PR e SP mantiveram estável o número absoluto de ocupados informais. Assim, pode-se constatar que, no terceiro trimestre de 2024, os trabalhadores informais representaram 90,8% do acréscimo interanual do total de ocupados no RS.

Tabela 3 - Contingentes de ocupados informais no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	OCUPADOS INFORMAIS (1.000 pessoas)							VARIÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	3.º Trim./2022	3.º Trim./2023	2.º Trim./2024	3.º Trim./2024	3.º Trim./2024	3.º Trim./2024
								2.º Trim./2024	3.º Trim./2023
Brasil	38.776	31.691	37.709	39.145	39.033	39.324	39.968	(1) 1,6	(1)2,4
RS	1.882	1.542	1.792	1.852	1.842	1.904	1.970	3,5	(1)7,0
SC	966	926	987	1.020	1.068	1.108	1.114	0,5	4,3
PR	1.876	1.538	1.896	1.913	1.897	1.920	1.898	-1,1	0,1
SP	7.480	5.692	6.792	7.309	7.577	7.669	7.582	-1,1	0,1

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024b).

Nota: São considerados ocupados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares. (1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

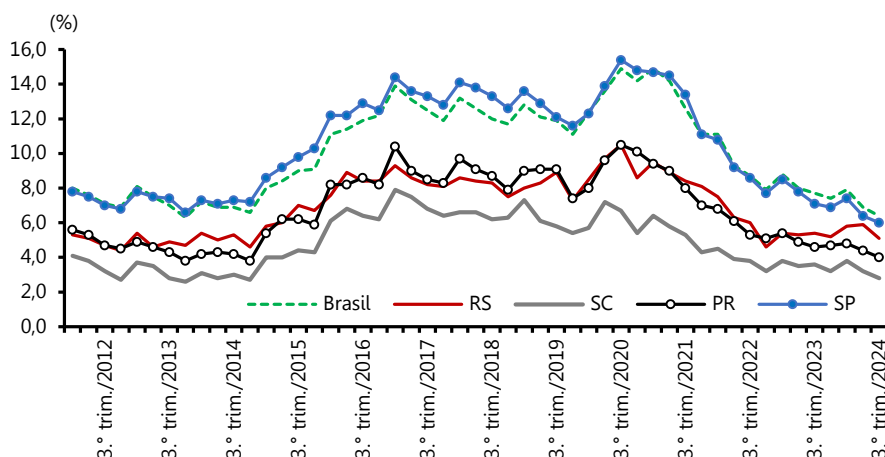
1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Como foi mostrado no Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul de setembro de 2024, a taxa de desocupação (TD), no segundo trimestre deste ano, manteve-se estável, tanto na margem quanto em termos interanuais. Esse comportamento do indicador foi um tanto surpreendente, uma vez que o segundo trimestre de 2024 apreende os efeitos sobre a atividade econômica da calamidade climática verificada no Estado ao final de abril e em maio (Conceição; Lazzari; Fantinel, 2024; Boletim de Conjuntura do Rio Grande do Sul, 2024).

No terceiro trimestre de 2024, em comparação ao segundo trimestre do mesmo ano, a TD registrou retração de 5,9% para 5,1% no RS (**Gráfico 7**). Tomando-se o indicador somente nos terceiros trimestres, este passou a ser o menor nível da TD estadual desde 2015 na série temporal da PNAD Contínua. Tal desempenho resultou de uma combinação de elevação do NO e estabilidade da TPFT. Na mesma referência comparativa, no terceiro trimestre de 2024, a TD também evidenciou queda em SC, de 3,8% para 2,8%, e no País, de 6,9% para 6,4%, e estabilidade no PR, em 4,0%, e em SP, em 6,0%. Quanto à comparação interanual, no terceiro trimestre de 2024, a TD manteve-se estável no RS e no PR e evidenciou quedas em SC (-0,8 ponto percentual), em SP (-1,1 ponto percentual) e no âmbito nacional (-1,3 ponto percentual).

⁶ Sobre a ocupação informal no RS, no terceiro trimestre de 2024, ver também o **Box** ao final do Boletim.

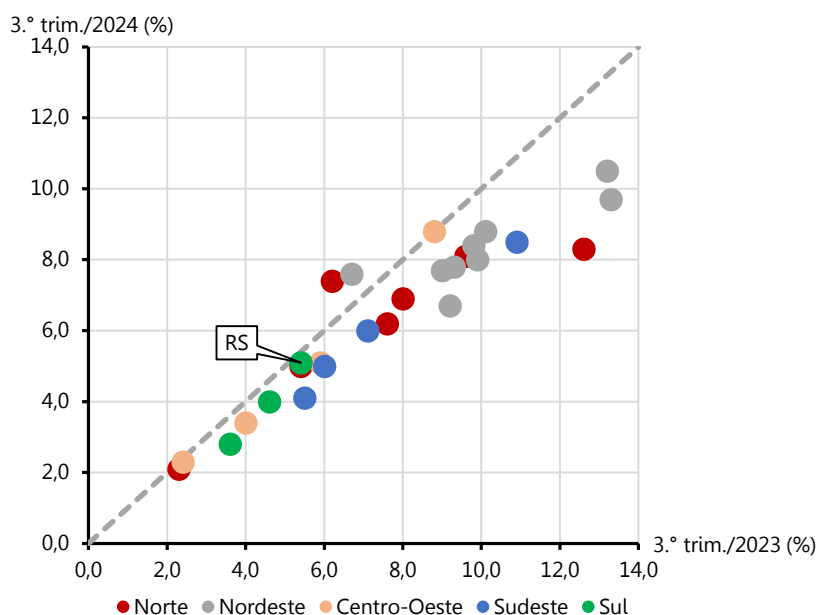
Gráfico 7 - Taxa de desocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2024



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024b).

O acompanhamento da posição relativa do nível da TD do RS ante todas as UFs pode ser feito com base nas evidências contidas no **Gráfico 8**. Conforme se pode constatar, no segundo trimestre de 2023, o RS tinha a sexta menor TD, dado que, no gráfico de dispersão, cinco pontos se localizam à sua esquerda, os quais correspondem aos Estados de SC, PR, MS, MT e RO. Pode-se perceber que o RS havia perdido posições relativas quanto ao nível da TD no terceiro trimestre de 2024, pois passou a deter a nona menor entre as UFs, uma vez que oito pontos estão localizados abaixo de sua posição no Gráfico 8, os quais representam SC, PR, MS, MT, ES, MG, TO e RO.

Gráfico 8 - Taxa de desocupação, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 3.º trim./2023 e 3.º trim./2024



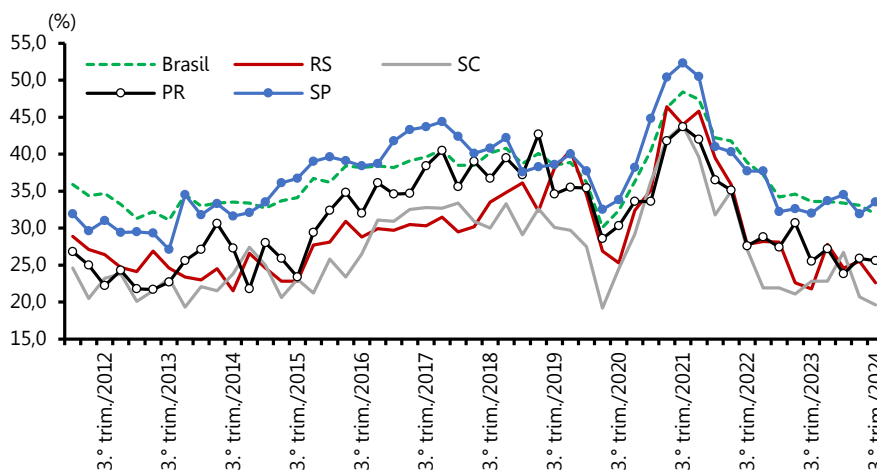
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024b).

A incidência da desocupação de longo prazo (IDL⁷) havia atingido um nível relativamente baixo no terceiro trimestre de 2023, tanto no RS quanto nas suas referências comparativas selecionadas, e, desde então, tal tendência parece ter sido arrefecida (**Gráfico 9**). No terceiro trimestre de 2024, a IDLP foi de 22,6% no RS, com um acréscimo de 0,8 ponto percentual em comparação ao terceiro trimestre do ano anterior. Na mesma referência comparativa, a

⁷ De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a IDLP corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados (ILO, 2016).

IDLP elevou-se em 1,5 ponto percentual em SP, reduziu-se em SC e no País, em 3,2 pontos percentuais e 1,7 ponto percentual respectivamente, e manteve-se praticamente estável no PR. Não obstante o desempenho adverso do RS, a sua IDLP manteve-se, no terceiro trimestre de 2024, inferior à do PR, de SP e do País.

Gráfico 9 - Incidência da desocupação de longo prazo no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2024



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024a, 2024b).

Nota: 1. Elaborado com os dados da Pesquisa.

2. A incidência da desocupação de longo prazo corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados.

O número absoluto de desocupados no terceiro trimestre de 2024, em relação ao do segundo trimestre do mesmo ano, registrou uma queda expressiva no RS, de 13,1%, tendo passado de 367 mil para 319 mil pessoas, o que foi baseado fundamentalmente no desempenho positivo do contingente de ocupados, uma vez que a FT se manteve estável (**Tabela 4**). Nessa mesma referência comparativa, o número absoluto de desocupados apresentou queda de 7,2% no País, enquanto, em SC, PR e SP, se manteve estável. Na comparação interanual, no terceiro trimestre de 2024, o contingente de desocupados permaneceu estável no RS e no PR e registrou reduções em SC (-19,3%), em SP (-14,4%) e no País (-15,8%).

Tabela 4 - Contingentes de desocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	DESOCUPADOS (1.000 pessoas)							VARIÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	3.º Trim./2022	3.º Trim./2023	2.º Trim./2024	3.º Trim./2024	3.º Trim./2024 2.º Trim./2024	3.º Trim./2024 3.º Trim./2023
Brasil	12.798	14.598	13.453	9.460	8.316	7.541	7.001	(1) -7,2	(1)-15,8
RS	555	601	512	376	331	367	319	(1)-13,1	-3,6
SC	227	253	207	154	147	135	118	-12,2	(1)-19,3
PR	559	617	484	329	286	279	253	-9,2	-11,6
SP	3.169	3.613	3.426	2.255	1.862	1.674	1.593	-4,8	(1)-14,4

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024b).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

Agora, tomando-se um indicador mais amplo de subutilização da FT, a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (TCDS)⁸, constata-se que, no terceiro trimestre de 2024, na margem, ocorreu queda de 9,4% para 8,5% no RS, de 4,5% para 3,9% em SC, e de 11,6% para 11,0% no plano nacional; no PR e em SP, o indicador manteve-se estável, em 6,6% e 9,4% respectivamente (**Gráfico 10**). Ao se cotejar o terceiro

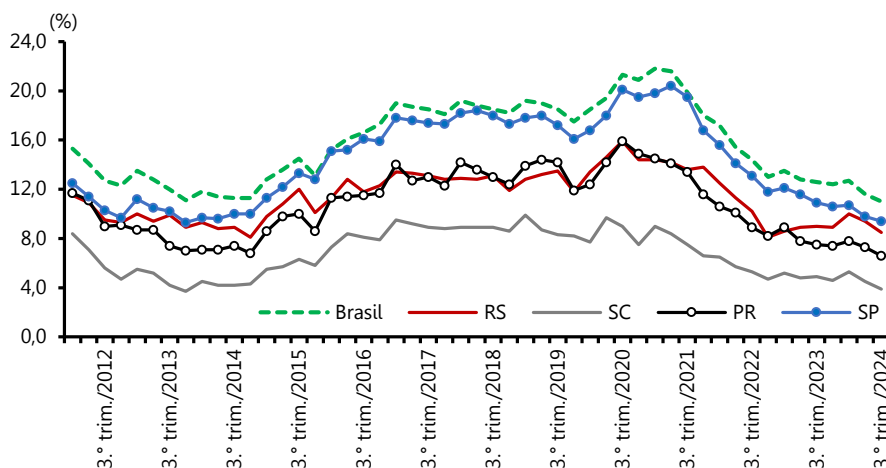
⁸ A TCDS é assim obtida (OIT, 2013):

$$TCDS = [(Desocupados + Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas)/Força de Trabalho] \times 100.$$

São consideradas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, na PNAD Contínua, as pessoas que: (a) têm 14 anos ou mais de idade; (b) trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou em todos os seus trabalhos; (c) gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; e (d) estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência (IBGE, 2016).

trimestre de 2024 com o terceiro trimestre do ano anterior, a TCDS ficou estável no RS, enquanto registrou retrações em SC (-1,0 ponto percentual), no PR (-0,9 ponto percentual), em SP (-1,5 ponto percentual) e no País (-1,6 ponto percentual). Embora não seja uma situação específica do RS, pois é compartilhada pelos demais estados da Região Sul, por SP e pelo País, a TCDS do terceiro trimestre de 2024, quando comparada com a dos mesmos trimestres dos anos anteriores, é a menor da série temporal da PNAD Contínua.

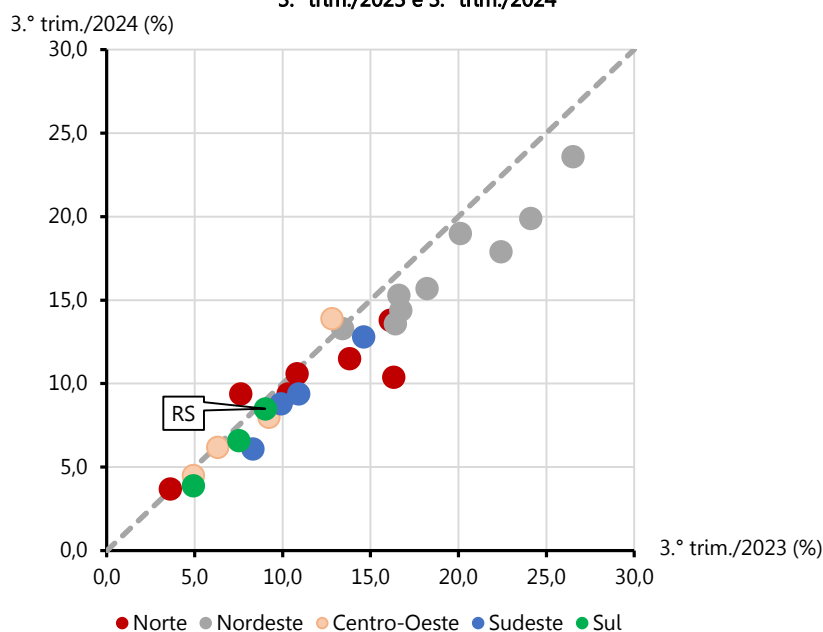
Gráfico 10 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2024



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024b).

No que se refere à posição relativa da TCDS do RS ante todas as UFs, o seu acompanhamento pode ser feito através das evidências apresentadas no **Gráfico 11**. De acordo com o que se pode observar nesse gráfico de dispersão, o RS detinha a oitava menor TCDS no terceiro trimestre de 2023, dado que há sete pontos localizados à sua esquerda, que correspondem aos estados de SC, PR, ES, MS, MT, AC e RO. No terceiro trimestre de 2024, o RS continuou mantendo a oitava menor TCDS, uma vez que se identificam sete pontos abaixo da sua posição, que representam SC, PR, ES, GO, MS, MT e RO.

Gráfico 11 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 3.º trim./2023 e 3.º trim./2024



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024b).

O contingente de pessoas que é medido pela TCDS registrou, no terceiro trimestre de 2024, na margem, uma queda de 8,5% no RS, tendo passado de 585 mil para 536 mil pessoas (**Tabela 5**). Nessa mesma referência comparativa, também evidenciou retração em SC (-12,3%) e no âmbito nacional (-4,1%); no PR e em SP, manteve-se estável. Na comparação interanual, no terceiro trimestre de 2024, o número absoluto de pessoas medido pela TCDS permaneceu estável no RS e no PR, enquanto, em SC, em SP e no País, apresentou reduções de 17,4%, 12,8% e 11,1% respectivamente.

Tabela 5 - Soma dos contingentes de desocupados e de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTES (1.000 pessoas)							VARIÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	3.º Trim./2022	3.º Trim./2023	2.º Trim./2024	3.º Trim./2024	3.º Trim./2024 2.º Trim./2024	3.º Trim./2024 3.º Trim./2023
Brasil	19.900	20.870	21.224	15.653	13.641	12.645	12.130	(1) -4,1	(1) -11,1
RS	841	911	828	641	554	585	536	(1) -8,5	-3,3
SC	324	341	294	218	202	190	167	(1) -12,3	(1) -17,4
PR	878	932	812	557	465	456	415	-9,0	-10,8
SP	4.485	4.707	4.994	3.432	2.838	2.562	2.475	-3,4	(1) -12,8

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024b).

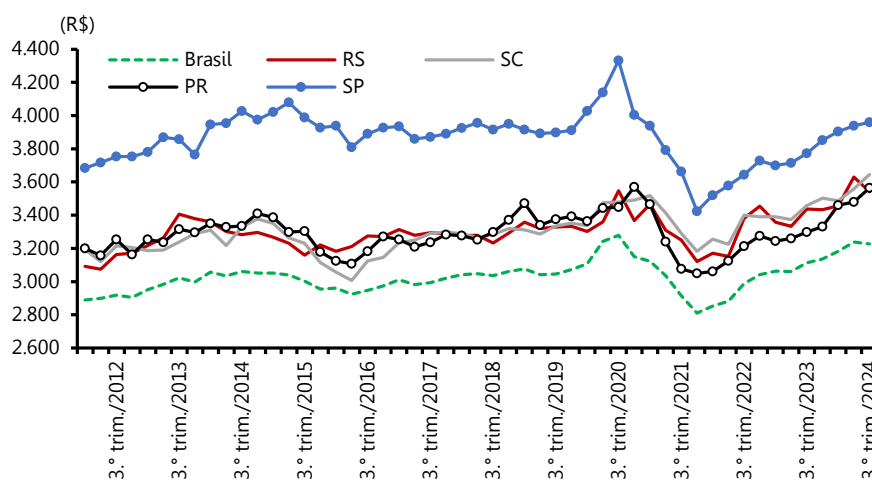
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS

De acordo com o que foi exposto no Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul de março de 2022, o rendimento médio real habitual dos ocupados evidenciou um processo de queda durante 2021, provocado pela aceleração inflacionária e pela recuperação da taxa de informalidade, que havia declinado muito em 2020 — ou seja, o aumento do peso relativo dos trabalhadores informais na estrutura ocupacional contribuiu, via efeito de composição, em 2021, para a redução dos rendimentos médios reais (Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul, 2022). Já em 2022 e 2023, em um contexto de arrefecimento do processo de aceleração inflacionária no País, os rendimentos médios reais habituais apresentaram uma trajetória de recuperação, atingindo até mesmo níveis superiores ao do período que antecedeu a pandemia de COVID-19.

No terceiro trimestre de 2024, na margem, o rendimento médio real habitual dos ocupados ficou estável no RS (R\$ 3.542), assim como em SC (R\$ 3.645), no PR (R\$ 3.565), em SP (R\$ 3.959) e no País (R\$ 3.227) (**Gráfico 12**). Na referência comparativa interanual, no terceiro trimestre de 2024, o rendimento médio real habitual manteve-se estável no RS e apresentou variações positivas em SC (5,4%), no PR (8,1%), em SP (4,9%) e no País (3,7%).

Gráfico 12 - Rendimento médio real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2024



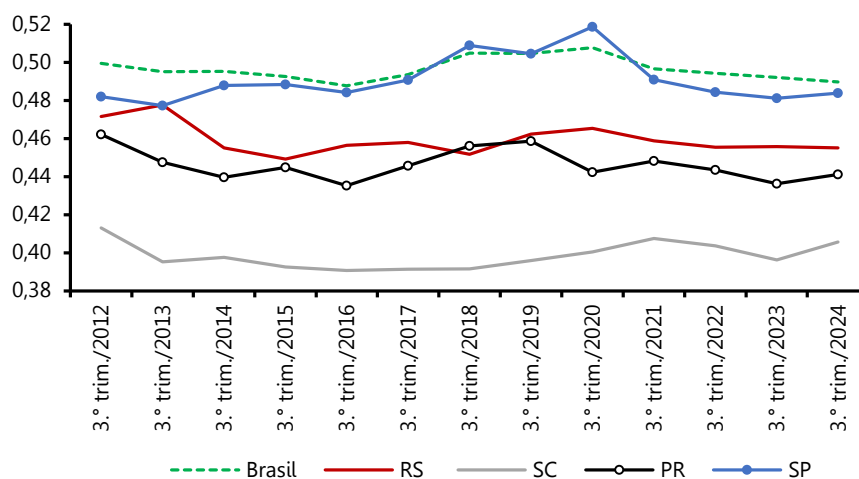
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024b).

Nota: 1. Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 3.º trim./2024.

Quanto à desigualdade de rendimentos dos ocupados, a sua situação recente pode ser avaliada por meio de uma medida sumária, o coeficiente de Gini⁹ do rendimento real habitual. Ao se comparar o terceiro trimestre de 2023 com o terceiro trimestre de 2024, constata-se que esse indicador ficou praticamente estável no RS, tendo passado de 0,4458 para 0,4552 (**Gráfico 13**)¹⁰. Já em SC, elevou-se de 0,3962 para 0,4056, assim como no PR, de 0,4363 para 0,4411, e em SP, de 0,4812 para 0,4838; no âmbito nacional, registrou queda de 0,4921 para 0,4898. Pode-se, ainda, assinalar que RS, PR, SP e o País tinham, utilizando o coeficiente de Gini como referência, no terceiro trimestre de 2024, um nível de desigualdade de rendimentos dos ocupados inferior ao do terceiro trimestre de 2019, ou seja, ao de um período anterior à pandemia de COVID-19.

Gráfico 13 - Coeficiente de Gini do rendimento real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da Pesquisa.

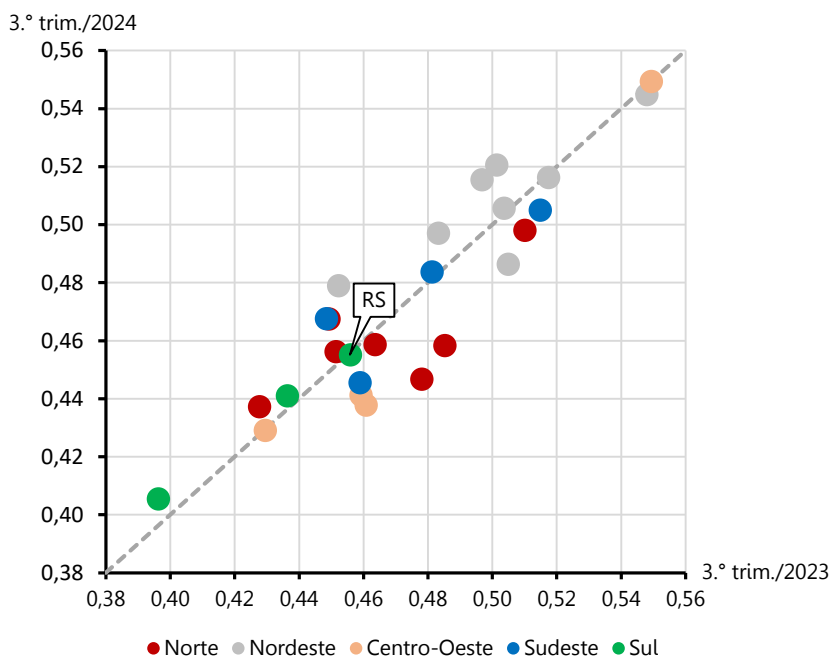
2. Coeficiente de Gini do rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

No que diz respeito à evolução da posição relativa da desigualdade de rendimentos dos ocupados no RS ante todas as UF's no período recente, esta pode ser assim sintetizada (**Gráfico 14**): no terceiro trimestre de 2023, o RS detinha o nono menor coeficiente de Gini do rendimento real habitual. No gráfico de dispersão, observa-se que há oito pontos à esquerda da localização do Estado, que correspondem aos Estados de SC, PR, MT, ES, AL, AC, AM e RO. No terceiro trimestre de 2024, o RS manteve o nono menor coeficiente de Gini do rendimento real habitual, uma vez que há oito pontos abaixo da sua posição no Gráfico 14, que representam SC, PR, GO, MS, MT, MG, RO e TO.

⁹ O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade que tem, como limite inferior, zero, que corresponde à perfeita igualdade da variável sob estudo, e, como limite superior, um, que corresponde à máxima desigualdade. A respeito dessa medida de desigualdade, ver Hoffmann, Botassio e Jesus (2019, capítulo 3).

¹⁰ O coeficiente de Gini foi computado com o Software R (versão 4.4.2) e os pacotes PNADcIBGE (versão 0.7.5), *survey* (versão 4.2.2) e *convey* (versão 1.0.1). A respeito desses pacotes, ver Braga, Assunção e Hidalgo (2024), Lumley (2024) e Pessoa, Damico e Jacob (2024).

Gráfico 14 - Coeficiente de Gini do rendimento real habitual dos ocupados, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 3.º trim./2023 e 3.º trim./2024



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da Pesquisa.

2. Coeficiente de Gini do rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

A massa de rendimento real habitual dos ocupados, no terceiro trimestre de 2024, em comparação ao trimestre imediatamente anterior, manteve-se estável no RS, no PR, em SP e no País, enquanto, em SC, registrou variação positiva de 3,9% (Tabela 6). Na referência comparativa interanual, no terceiro trimestre de 2024, o indicador apresentou variações positivas de 6,4% no RS, de 10,4% em SC, de 10,9% no PR, e de 7,2% em SP e no País. No caso do RS, nessa última referência comparativa, o desempenho da massa de rendimento real habitual deveu-se exclusivamente ao aumento do contingente de ocupados, dado que o rendimento médio real nela ficou estável.

Tabela 6 - Massa de rendimento real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	VALORES (R\$ milhões)							VARIACÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	3.º Trim./2022	3.º Trim./2023	2.º Trim./2024	3.º Trim./2024	3.º Trim./2024 2.º Trim./2024	3.º Trim./2024 3.º Trim./2023
Brasil	281.853	266.971	264.907	291.146	305.791	325.219	327.743	0,8	(1) 7,2
RS	18.305	17.571	17.522	19.248	19.512	20.863	20.765	-0,5	(1) 6,4
SC	12.104	11.963	11.988	13.230	13.604	14.446	15.012	(1) 3,9	(1)10,4
PR	18.568	17.638	16.852	18.735	19.230	20.676	21.322	3,1	(1)10,9
SP	88.377	84.949	80.552	86.437	90.803	96.197	97.372	1,2	(1) 7,2

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024b).

Nota: 1. Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

2. Massa de rendimento deflacionada para a média mensal dos preços do 3.º trim./2024.

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi mostrado nesta seção, no terceiro trimestre de 2024, a taxa de participação na força de trabalho ficou estável, tanto na margem quanto em termos interanuais, no RS, assim como nos demais estados da Região Sul e em SP, enquanto, no País, se elevou. O nível de ocupação, no terceiro trimestre de 2024, em comparação ao trimestre imediatamente anterior, registrou variação positiva no RS e no País e permaneceu estável em SC, no PR e em SP. Nessa referência comparativa, a intensidade do acréscimo do nível de ocupação do RS foi superior à

do agregado nacional, denotando uma recuperação dos efeitos adversos da calamidade climática ocorrida no Estado, no segundo trimestre de 2024. Já o desempenho interanual positivo do nível de ocupação do RS fez com que o Estado passasse, entre todas as UFs, do oitavo maior patamar do indicador no terceiro trimestre de 2023 para o sexto maior no terceiro trimestre de 2024.

Um aspecto que se destacou no terceiro trimestre de 2024 refere-se ao trabalho informal, que teve uma elevação expressiva no RS, em bases interanuais, superior à do País, enquanto, nos demais estados da Região Sul e em SP, permaneceu estável. Nesse sentido, como foi mostrado, no terceiro trimestre de 2024, ante o mesmo trimestre do ano anterior, o trabalho informal no RS teve um acréscimo superior ao da ocupação total, o que implicou aumento da taxa de informalidade estadual. Assim, como decorrência desse comportamento, o RS, que tinha a quarta menor taxa de informalidade entre as UFs no terceiro trimestre de 2023, passou a registrar o sexto menor nível do indicador no terceiro trimestre de 2024.

No que diz respeito à taxa de desocupação, de acordo com o que foi exposto, o indicador, no terceiro trimestre de 2024, em relação ao trimestre imediatamente anterior, evidenciou redução no RS, assim como, entre as suas referências comparativas selecionadas, em SC e no País, e manteve-se estável no PR e em SP. No RS, essa queda da taxa de desocupação foi provocada pela elevação do nível de ocupação, uma vez que a taxa de participação na força de trabalho ficou estável. Na referência comparativa interanual, no terceiro trimestre de 2024, a taxa de desocupação manteve-se estável no RS e no PR e registrou redução em SC, em SP e no País. Dado esse comportamento interanual, o RS passou, entre todas as UFs, da sexta menor taxa de desocupação no terceiro trimestre de 2023 para a nona menor no terceiro trimestre de 2024.

Conforme as evidências apresentadas, o rendimento médio real habitual dos ocupados, no terceiro trimestre de 2024, seja na margem, seja em termos interanuais, ficou estável no RS. Nessa última referência comparativa, evidenciou variações positivas em SC, no PR, em SP e no País.

A desigualdade de rendimentos dos ocupados, medida pelo coeficiente de Gini, no terceiro trimestre de 2024, na comparação interanual, ficou praticamente estável no RS, aumentou em SC, no PR e em SP, enquanto, no âmbito nacional, evidenciou redução. A posição relativa do RS ante todas as UFs, em termos de desigualdade de rendimentos dos ocupados, como foi mostrado, manteve-se inalterada, uma vez que o Estado evidenciou o nono menor coeficiente de Gini tanto no terceiro trimestre de 2023 quanto no de 2024.

Como foi exposto, no terceiro trimestre de 2024, na margem, a massa de rendimento real habitual dos ocupados manteve-se estável no RS, no PR, em SP e no País; já em SC, apresentou variação positiva. Na comparação interanual, no terceiro trimestre de 2024, o comportamento do indicador foi positivo tanto para o RS quanto para os demais estados da Região Sul, para SP e o País.

2 O EMPREGO FORMAL: CRESCIMENTO MENOS EXPRESSIVO DO PAÍS E DISTRIBUIÇÃO HETEROGÊNEA

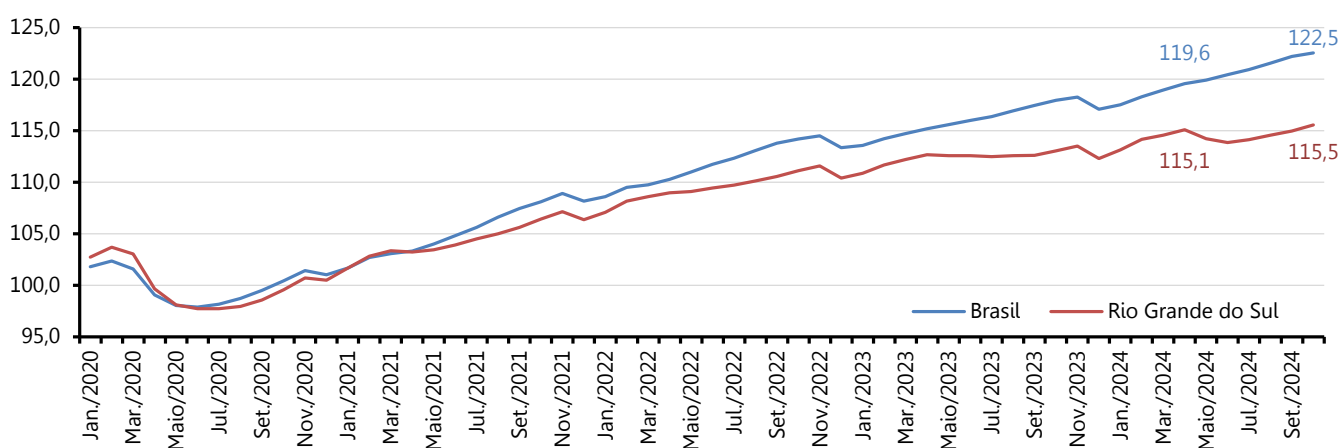
O emprego formal do Rio Grande do Sul encerrou o mês de outubro último, dado mais recente disponível na base do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), com um estoque de 2.850.476 vínculos de trabalho. Esse resultado é o primeiro a superar o patamar de abril de 2024. Os severos eventos climáticos que se concentraram em maio deste ano causaram, já naquele mês, uma redução absoluta do número de postos formais, cuja intensidade só encontra paralelo — desconsideradas as retrações sazonais que se repetem a cada mês de dezembro — na eclosão da pandemia de COVID-19, no segundo trimestre de 2020. Foram 22 mil vínculos de trabalho subtraídos do mercado formal. Em junho, outros 8,6 mil empregos foram perdidos. Desde julho, as variações foram positivas, mas apenas o resultado mais recente recolocou o estoque no nível anterior ao evento extremo — e, mesmo, com uma pequena diferença a maior, de aproximadamente 11 mil postos.

Nesta seção, analisam-se, com apoio nas séries estatísticas produzidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), primeiramente a evolução dos estoques de vínculos formais de trabalho no Estado, no agregado do País e nas outras unidades da Federação. Em seguida, abordam-se os comportamentos setoriais do emprego, com o foco no Rio Grande do Sul. Na terceira subseção, destaca-se o perfil demográfico dos trabalhadores que vêm compondo o adicional de empregos formais no mercado gaúcho, a partir dos atributos sexo, idade e escolaridade dos indivíduos. A seção termina com o exame das variações do emprego nas nove Regiões Funcionais (RFs) em que o território gaúcho é subdividido e com breves considerações finais.

2.1 O DESEMPENHO DO EMPREGO GAÚCHO: MANTÉM-SE A ÚLTIMA COLOCAÇÃO DO ESTADO

No **Gráfico 15**, observa-se a tendência de evolução do índice do emprego formal do Brasil e do Rio Grande do Sul ao longo da série do Novo Caged, que teve início em janeiro de 2020, e podem ser verificados não apenas essa excepcional inflexão na tendência das variações no Estado, no segundo trimestre de 2024, como, ao longo da série, o progressivo distanciamento dos resultados do mercado formal gaúcho diante do dinamismo do emprego no agregado do País. Esse descompasso pode ser visualizado como uma tendência da série estatística; especificamente, em 2024, vinha acentuando-se já desde março, agravou-se a partir de maio e só esboçou uma mínima reação em outubro último.

Gráfico 15 - Índice do estoque de empregos formais no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./2020-out./2024



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024b).

Nota: Os índices têm como base a média de 2020 = 100.

Analisando-se os resultados acumulados em 12 meses — como se procura priorizar, nesta abordagem, como forma de contornar as distorções decorrentes dos padrões sazonais da atividade econômica e do emprego —, constata-se que o Rio Grande do Sul gerou um saldo positivo, entre outubro de 2023 e outubro deste ano, de 61,7 mil

postos, com uma variação de 2,2% de seu estoque de empregos formais. Essa variação é bastante próxima e discretamente superior àquela, também anualizada, aferida em setembro último (2,1%), em uma sequência de avanços graduais desse indicador que se verifica desde julho.

Antes de esmiuçar alguns aspectos desse emprego adicional gerado no Estado, é importante que se observe a posição relativa do Rio Grande do Sul no contexto nacional, nesta conjuntura de inequívoco aquecimento da ocupação pela qual passa o Brasil. Na **Tabela 7**, reencontra-se o emprego formal gaúcho com a variação mais baixa entre as 27 UFs, o que vem sendo uma constante nos acompanhamentos trimestrais deste boletim. Essa desvantagem relativa apresenta-se no resultado anualizado mais recente — que abrange, dessa forma, o período mais agudo da calamidade climática —, mas é também reconhecível nos 12 meses imediatamente anteriores e, ainda, no acumulado de 48 meses entre o primeiro outubro da série do Novo Caged, aquele de 2020, e o mesmo mês deste ano. Registre-se que o crescimento do emprego gaúcho logrou intensificar-se, na comparação dos dois resultados anualizados mais recentes, com um passo proporcionalmente mais significativo do que o agregado nacional. Ainda assim, a diferença de cadência permaneceu muito elevada.

Tabela 7 - Estoques e variações do emprego formal no Brasil e nas unidades da Federação (UFs) — out./2020-out./2024

BRASIL E UFs	ESTOQUES					VARIÇÃO % (out.-out.)		
	Out./2020	Out./2021	Out./2022	Out./2023	Out./2024	2020-24	2022-23	2023-24
Brasil	39.046.514	42.025.229	44.389.677	45.846.909	47.634.748	22,0	3,3	3,9
Amapá	68.383	73.700	81.451	86.535	95.722	40,0	6,2	10,6
Roraima	57.596	63.867	71.907	76.530	81.945	42,3	6,4	7,1
Acre	83.657	91.115	99.776	103.960	111.278	33,0	4,2	7,0
Rio Grande do Norte	423.658	456.805	481.436	501.365	536.414	26,6	4,1	7,0
Amazonas	420.834	458.228	500.905	518.205	552.552	31,3	3,5	6,6
Paraíba	400.172	440.887	468.398	485.518	513.027	28,2	3,7	5,7
Alagoas	369.215	400.608	426.088	443.559	467.449	26,6	4,1	5,4
Sergipe	282.923	300.839	313.876	326.317	342.990	21,2	4,0	5,1
Pernambuco	1.236.510	1.337.452	1.409.856	1.458.654	1.523.876	23,2	3,5	4,5
Distrito Federal	825.394	881.679	935.695	969.968	1.012.729	22,7	3,7	4,4
Rio de Janeiro	3.174.941	3.362.733	3.571.220	3.725.620	3.888.106	22,5	4,3	4,4
Paraná	2.693.341	2.895.202	3.036.380	3.119.780	3.254.607	20,8	2,7	4,3
Santa Catarina	2.128.168	2.330.982	2.434.778	2.494.610	2.602.037	22,3	2,5	4,3
Ceará	1.137.935	1.225.382	1.303.763	1.353.717	1.411.383	24,0	3,8	4,3
Espírito Santo	732.961	792.864	843.714	879.412	916.113	25,0	4,2	4,2
Bahia	1.706.078	1.849.324	1.993.822	2.063.774	2.148.367	25,9	3,5	4,1
Pará	797.776	871.920	921.788	958.770	997.232	25,0	4,0	4,0
Piauí	293.472	316.207	332.723	352.401	366.390	24,8	5,9	4,0
Tocantins	203.615	222.626	238.540	251.531	261.262	28,3	5,4	3,9
Goiás	1.270.563	1.389.383	1.486.048	1.543.248	1.601.215	26,0	3,8	3,8
Mato Grosso	759.894	831.367	894.205	936.672	971.585	27,9	4,7	3,7
São Paulo	12.078.488	12.905.856	13.581.343	13.985.512	14.471.287	19,8	3,0	3,5
Rondônia	240.950	257.566	275.423	287.117	296.875	23,2	4,2	3,4
Minas Gerais	4.120.661	4.463.100	4.678.709	4.820.114	4.978.688	20,8	3,0	3,3
Mato Grosso do Sul ...	549.157	593.235	635.424	664.942	684.937	24,7	4,6	3,0
Maranhão	536.143	579.416	624.462	645.411	664.331	23,9	3,4	2,9
Rio Grande do Sul	2.456.480	2.625.394	2.741.197	2.788.761	2.850.476	16,0	1,7	2,2
Não identificado	-2.451	7.492	6.750	4.906	31.875	-	-	-

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024b).

Os estados que apresentam maiores percentuais de crescimento do emprego formal, nos três recortes temporais selecionados, detêm, tipicamente, mercados de trabalho de pequenas dimensões, na perspectiva do agregado nacional, e situam-se na Região Norte do País, coadjuvada pelas Regiões Nordeste e Centro-Oeste. De qualquer modo, o desempenho do Rio Grande do Sul vem mantendo-se sistematicamente abaixo daqueles dos demais estados também das Regiões Sul e Sudeste, o que, nessa série histórica relativamente curta, tende a se associar com uma sucessão recente de eventos climáticos extremos, de estiagens e excessos de precipitação, no território gaúcho, mas indica a incidência de fatores estruturais que requerem estudos e monitoramento. Não é esse o escopo desta seção,

que prossegue, a seguir, com a análise do comportamento recente dos indicadores do emprego formal no Estado, na perspectiva das variações setoriais.

2.2 A PERSPECTIVA SETORIAL: O VIGOR DA CONSTRUÇÃO E AS DIFICULDADES DA INDÚSTRIA

Nos 12 meses encerrados em outubro último, com uma expansão de 39,0 mil vagas, os serviços responderam por 63,3% do saldo de 61,7 mil empregos adicionais que o Rio Grande do Sul gerou (**Tabela 8**). O comércio foi o segundo principal responsável pelo resultado, com 19,1% desse total, aportando 11,8 mil vínculos de trabalho. A construção respondeu por 12,2% do saldo estadual, um resultado bastante impressionante para um setor que não chega a representar 5,0% do emprego formal gaúcho. Já a indústria contribuiu com apenas 5,8% dos novos empregos, 3,5 mil vagas, enquanto a agropecuária, o menor setor no mercado formal, foi o único a enfrentar uma pequena oscilação negativa (-229 vínculos de trabalho).

Tendo em vista a importância e a excepcionalidade dos meses mais recentes, que circunscreveram a eclosão do desastre climático e suas consequências mais imediatas, repassam-se também, na Tabela 8, as variações anualizadas do estoque de emprego formal, nos últimos sete meses, segundo os setores de atividade da economia gaúcha. Observa-se que o mês de maio trouxe um marcante arrefecimento das cadências de crescimento em todos os setores. Apenas a indústria colocou-se no terreno negativo, o que já havia acontecido no mês anterior, abril (que só registrou excesso de precipitações em seus últimos dias). Junho assinalou nova redução dos percentuais anualizados de expansão do emprego — com a exceção, que se estabeleceu já nesse mês, da construção, iniciando, então, trajetória de dinamização — e um aprofundamento da contração da indústria. Nos quatro meses que se seguiram, de julho a outubro, identifica-se uma gradativa elevação dos resultados anualizados em todos os setores, exceção, desta vez, à agropecuária, que oscilou em torno da estagnação. A indústria só alcançou uma variação anual não negativa, equivalente a zero, em agosto e, nos dois meses mais recentes, mostrou expansões bem pouco significativas. A construção vem sustentando sua arrancada e chegou a outubro com variação de 5,6%. O comércio mantém-se, a cada mês, discretamente abaixo dos resultados do agregado dos setores, acompanhando a tendência deste último, enquanto os serviços, após apresentar os mais intensos crescimentos relativos setoriais entre abril e junho, assumiram, a partir de julho, a segunda posição, cedendo a liderança, evidentemente, à construção.

Tabela 8 - Variações do emprego formal, segundo os grandes grupamentos setoriais, no período abr./2023-out./2024 e saldo de empregos formais em out./2023-out./2024, no Rio Grande do Sul

GRUPAMENTOS	VARIÇÃO % EM 12 MESES (2023-24)							VARIÇÃO DO SALDO ABSOLUTO (Out./23-Out./24)
	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	
Agropecuária	2,1	1,6	0,6	0,0	-0,2	0,0	-0,2	-229
Indústria	-0,4	-1,2	-1,3	-0,6	0,0	0,3	0,5	3.549
Construção	0,9	0,3	1,3	3,1	3,9	5,3	5,6	7.533
Comércio	2,1	1,3	1,0	1,2	1,5	1,7	1,8	11.816
Serviços	4,0	3,3	2,8	2,8	2,9	3,2	3,3	39.048
Total	2,1	1,4	1,1	1,5	1,8	2,1	2,2	61.717

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024b).

Restringindo-se a comparação apenas aos últimos 12 meses disponíveis, constata-se, na **Tabela 9**, que o desempenho relativamente menos positivo do Rio Grande do Sul em relação ao conjunto do País se replica nos quatro maiores setores, do ponto de vista do emprego formal. A construção é o único grupamento setorial em que o resultado gaúcho é mais expressivo do que o nacional, o que volta a realçar a excepcionalidade da conjuntura de reconstrução que se segue à devastação provocada pelo desastre natural do segundo trimestre. As diferenças entre os dois recortes territoriais, no caso dos outros setores, são heterogêneas: a virtual estagnação do emprego formal agropecuário aproxima Brasil e RS; serviços é o setor em que o desempenho gaúcho é menos destoante do nacional; a desvantagem estadual já é bem mais patente quando se trata do comércio (1,8% *versus* 3,3%), chegando ao seu ponto máximo na indústria, em que o Estado, a duras penas, recobrou, como foi visto, em outubro, o patamar positivo de 0,5% em 12 meses, enquanto o resultado no agregado do País atingiu 3,5%.

Tabela 9 - Estoques e variações do emprego formal nos grandes grupamentos setoriais do Rio Grande do Sul e do Brasil — out./2023 e out./2024

GRUPAMENTOS	RIO GRANDE DO SUL		BRASIL		VARIÇÃO % $\frac{OUT/2024}{OUT/2023}$	
	Out./23	Out./24	Out./23	Out./24	Brasil	RS
Agropecuária	99.239	99.010	1.860.851	1.861.506	0,0	-0,2
Indústria	732.822	736.371	8.747.154	9.050.094	3,5	0,5
Construção	135.008	142.541	2.844.683	2.978.925	4,7	5,6
Comércio	644.552	656.368	10.169.530	10.509.795	3,3	1,8
Serviços	1.177.139	1.216.187	22.224.730	23.234.484	4,5	3,3
Total	2.788.761	2.850.476	45.846.909	47.634.748	3,9	2,2

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024b).

Considera-se importante, neste ponto da análise, examinar com algum detalhamento a trajetória de dois desses grandes grupamentos, devido à especificidade do desempenho do emprego formal que os caracterizou, no nível estadual. Em primeiro lugar, a construção, que, mesmo com sua pequena participação no emprego total, prossegue ostentando, até o dado mais recente do Novo Caged, um notável dinamismo econômico e ocupacional. A abertura de seus segmentos produtivos, acompanhando-se a Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0), permite identificar os principais focos de expansão nessa conjuntura de reconstrução do Estado. O segmento construção de obras de arte especiais, que apresentou o maior crescimento percentual (79,4%) entre outubro do ano passado e o mesmo mês de 2024, em que pese à designação pouco intuitiva, compreende “a construção e recuperação de pontes, viadutos, elevados, passarelas etc.”, assim como a construção de túneis. De qualquer modo, trata-se de um contingente pequeno, que representava menos de 2,0% da força de trabalho do setor em outubro último. A mais volumosa geração setorial de postos nesses 12 meses (1,8 mil do total de 7,5 mil) originou-se em outros serviços especializados para construção, cujos maiores subsegmentos são obras de alvenaria, serviços para construção não especificados anteriormente — última desagregação — e administração de obras. O segundo saldo mais expressivo ocorreu na construção de edifícios (1,3 mil), ficando o terceiro (1,2 mil) com instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções. Já o segundo percentual mais elevado registrou-se na construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas (18,8%), seguido de perto pela construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto (16,8%).

Tabela 10 - Estoques, saldos e variações do emprego formal em segmentos da construção, no Rio Grande do Sul — out./2023 e out./2024

SEGMENTOS	ESTOQUES		VARIÇÃO $\frac{OUT/2024}{OUT/2023}$	
	Out./2023	Out./2024	Saldo	%
Construção de edifícios	40.615	41.956	1.341	3,3
Incorporação de empreendimentos imobiliários	9.390	9.337	-53	-0,6
Construção de outras obras de infraestrutura	8.592	9.235	643	7,5
Construção de obras de arte especiais	1.303	2.338	1.035	79,4
Construção de rodovias e ferrovias	6.412	6.978	566	8,8
Obras de urbanização (ruas, praças e calçadas)	1.866	2.083	217	11,6
Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas	1.546	1.836	290	18,8
Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	125	146	21	16,8
Obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações	8.035	7.778	-257	-3,2
Demolição e preparação do terreno	5.813	6.144	331	5,7
Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções	23.730	24.906	1.176	5,0
Obras de acabamento	10.545	10.986	441	4,2
Outros serviços especializados para construção	17.036	18.818	1.782	10,5
Total do grande grupamento construção	135.008	142.541	7.533	5,6

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024b).

Nota: Nessa desagregação, combinam-se diferentes níveis da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0 — divisão, grupo e classe —, conforme o interesse analítico, não ocorrendo, entretanto, superposição de níveis, o que acarretaria duplas contagens.

O segundo grupamento que merece um exame mais detido, ainda que breve, de seus segmentos, visando a identificar quais têm condicionado mais fortemente o desempenho setorial, é a indústria. Optou-se, como se tem feito tradicionalmente neste boletim, por delimitar o tratamento à indústria de transformação (IT), responsável por

cerca de 96,0% do emprego formal do setor industrial do Rio Grande do Sul. Na abordagem da IT, além de uma análise dos resultados dos últimos 12 meses disponíveis na série do Novo Caged, avalia-se também como evoluíram as participações do Rio Grande do Sul nos contingentes de empregados formais nacionais, segundo as divisões CNAE 2.0, no intervalo de 48 meses entre outubro de 2020 e o mesmo mês do corrente ano.

Na **Tabela 11**, observa-se, primeiramente, que a variação do emprego na indústria de transformação do Estado, nos últimos 12 meses disponíveis, foi ainda menos expressiva do que a do total do grande grupamento¹¹ indústria (0,3% *versus* 0,5%). Dez das 24 divisões que compõem a IT passaram por redução de contingente empregado, enquanto 14 lograram expandir sua força de trabalho. O mais elevado volume de cortes de trabalhadores registrou-se no segundo maior segmento da IT gaúcha do ponto de vista do emprego, a preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (-3,2 mil empregos, uma retração de 3,1%). Seguiu-se, em volume de empregos eliminados, uma divisão de muito pequena dimensão, que tem alternado intensas “sístoles” e intensas “diástoles” ocupacionais, a fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores, que, no RS, consiste quase exclusivamente na construção de embarcações, concentrada no Sul do Estado e associada ao projeto do Polo Naval. Nesse caso, foram -2,6 mil vínculos de trabalho formal entre outubro do ano passado e o mesmo mês de 2024, em uma variação de -48,3% do estoque de empregos. A terceira maior redução absoluta deu-se naquele que é também o terceiro maior segmento empregador do Estado, a fabricação de máquinas e equipamentos, que perdeu 1,5 mil vagas no período, uma contração de 2,1%. Pelo critério das variações relativas, a mais severa redução atingiu a já citada fabricação de outros equipamentos de transporte. Em seguida, com -4,6%, posicionou-se a confecção de artigos do vestuário e acessórios (-943 postos). O emprego na fabricação de produtos de madeira teve perda de 3,2% (-523 postos), e o quarto pior percentual foi do já mencionado segmento coureiro-calçadista.

Tabela 11 - Estoques, saldos e variações do emprego formal, segundo divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), da indústria de transformação do Rio Grande do Sul — out./2023 e out./2024

DIVISÃO	ESTOQUE		VARIÇÃO ^{OUT/2024} / _{OUT/2023}	
	Out./2023	Out./2024	Saldo	%
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	5.444	2.812	-2.632	-48,3
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	20.422	19.479	-943	-4,6
Fabricação de produtos de madeira	16.557	16.034	-523	-3,2
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	100.484	97.323	-3.161	-3,1
Fabricação de máquinas e equipamentos	73.238	71.735	-1.503	-2,1
Metalurgia	9.475	9.284	-191	-2,0
Fabricação de produtos têxteis	8.967	8.800	-167	-1,9
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	1.999	1.968	-31	-1,6
Fabricação de produtos diversos	16.484	16.295	-189	-1,1
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	12.180	12.174	-6	0,0
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	20.088	20.168	80	0,4
Impressão e reprodução de gravações	6.243	6.279	36	0,6
Fabricação de produtos alimentícios	147.877	149.296	1.419	1,0
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	62.508	63.433	925	1,5
Fabricação de bebidas	10.823	11.039	216	2,0
Fabricação de móveis	38.587	39.810	1.223	3,2
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	10.169	10.538	369	3,6
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	41.423	43.137	1.714	4,1
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	14.680	15.299	619	4,2
Fabricação de produtos químicos	19.364	20.231	867	4,5
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	2.467	2.578	111	4,5
Fabricação de produtos do fumo	5.241	5.485	244	4,7
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	11.693	12.246	553	4,7
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	45.170	48.124	2.954	6,5
Total da indústria de transformação	701.583	703.567	1.984	0,3

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024b).

¹¹ O grande grupamento indústria, na CNAE 2.0, subdivide-se em quatro seções. Além da IT, são elas: água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; eletricidade e gás; e indústrias extrativas.

Como nos destaques acima já foram aludidas as divisões da IT que detêm o segundo e o terceiro maiores contingentes, registre-se que a principal delas, por esse critério, com 21,2% do emprego industrial gaúcho, a fabricação de produtos alimentícios, logrou crescer 1,0%, com um saldo adicional de 1,4 mil vínculos formais. Nesse “quadrante” das variações positivas, esse segmento gerou o terceiro maior número de vagas nos últimos 12 meses, superado por fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (3,0 mil) e fabricação de produtos de borracha e plástico (1,7 mil). A referida divisão de veículos atingiu a maior expansão percentual (6,5%), seguida de máquinas, aparelhos e materiais elétricos e fabricação de produtos do fumo (ambas com 4,7%).

Os resultados relativamente pouco expressivos que têm caracterizado o emprego industrial da IT no Estado motivam um exame da evolução da participação do Estado na força de trabalho nacional das diversas divisões CNAE 2.0 implicadas, entre outubro de 2020 e o mesmo mês de 2024. Esse intervalo de apenas 48 meses não favorece uma apreensão sólida de tendências estruturais, mas pode trazer indicações úteis sobre o desempenho recente desses segmentos produtivos no contexto gaúcho, *vis-à-vis* ao do agregado do País (**Tabela 12**).

Tabela 12 - Participação percentual do emprego formal da indústria de transformação (IT) do Rio Grande do Sul, segundo divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), no emprego formal da IT do Brasil — out./2020 e out./2024

DIVISÃO	PARTICIPAÇÃO % DO RS NO BRASIL	
	Out./2020	Out./2024
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	3,8	3,5
Fabricação de bebidas	7,6	7,8
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	6,5	6,0
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	1,4	1,4
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	7,9	8,5
Fabricação de máquinas e equipamentos	17,2	17,2
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	5,4	5,4
Fabricação de móveis	14,7	14,4
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	3,8	3,1
Fabricação de produtos alimentícios	8,1	7,6
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	8,9	8,8
Fabricação de produtos de madeira	8,8	8,9
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	12,7	11,8
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	4,8	4,7
Fabricação de produtos diversos	9,2	8,5
Fabricação de produtos do fumo	47,3	46,1
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	1,8	1,7
Fabricação de produtos químicos	5,9	6,0
Fabricação de produtos têxteis	3,1	3,2
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	9,3	10,2
Impressão e reprodução de gravações	6,1	5,9
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	5,2	4,8
Metalurgia	4,0	4,0
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	29,6	27,9
Total da indústria de transformação	8,8	8,5

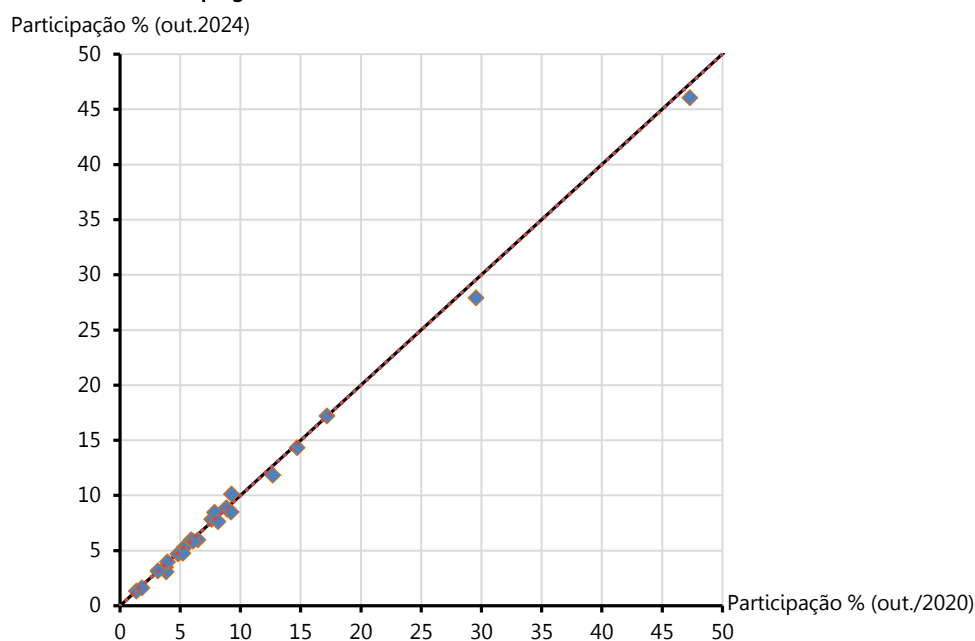
Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024b).

As duas maiores participações da IT do RS no total nacional, tanto em 2020 quanto em 2024, registravam-se em produtos do fumo e em couro e calçados. Em ambos os casos, houve pequenas reduções ao longo desses quatro anos: no primeiro caso, de 47,3% para 46,1%; no segundo, de 29,6% para 27,9%. Ao todo, em 16 das 24 divisões CNAE 2.0 da IT, o Estado viu recuar sua fatia no total do emprego formal nacional. Os dois principais segmentos da IT gaúcha, em quantidade de vínculos de trabalho, perderam participação no total nacional ao longo dos 48 meses considerados: produtos alimentícios (de 8,1% para 7,6%) e o já citado coureiro-calçadista. A divisão com terceiro maior estoque de empregos formais no RS ficou estável: a fabricação de máquinas e equipamentos manteve 17,2%. O quarto principal segmento industrial em volume de trabalhadores, produtos de metal exceto máquinas e equipamentos, recuou de 12,7% para 11,8%.

Entre as divisões em que o RS viu avançar sua participação no emprego nacional, o segmento mais relevante é fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (de 9,3% para 10,2%), uma vez que era, em outubro último, o quinto maior empregador da IT gaúcha e possui inequívoca relevância do ponto de vista de seus encaideamentos produtivos e conteúdo tecnológico. O contingente empregado no Estado cresceu 27,5% nesses 48 meses, bem mais do que os 16,1% registrados no agregado nacional.

Em seu conjunto, a IT gaúcha apresentou pequeno recuo de sua participação no agregado nacional, de 8,8% em outubro de 2020 para 8,5% no mesmo mês de 2024. Os resultados da **Tabela 12** podem ser visualizados no **Gráfico 16**, que permite uma apreensão sintética. As observações representadas como pontos abaixo da linha que corta o gráfico no ângulo de 45° indicam divisões da CNAE 2.0 cuja participação no total nacional recuou entre outubro de 2020 e outubro de 2024; inversamente, as que se posicionam acima dessa linha são as que conquistaram avanço em seu peso no total do emprego brasileiro daquele segmento produtivo.

Gráfico 16 - Participação % do emprego formal das divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) da indústria de transformação (IT) do Rio Grande do Sul no emprego formal das divisões da IT do Brasil — out./2020 e out./2024



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024b).

2.3 ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES INCORPORADOS AO SEGMENTO FORMAL

O adicional de 61,7 mil vínculos de trabalho que os 12 meses encerrados em outubro último deixaram no mercado formal gaúcho distribuiu-se de modo heterogêneo entre diferentes grupos populacionais, quando se tomam alguns atributos individuais básicos de uma análise de perfil sociodemográfico, como sexo, idade e escolaridade (**Tabela 13**).

Repetindo a tendência que se vem fazendo presente nas sucessivas análises trimestrais deste boletim, desde a metade de 2023 — sempre tomando como referência a variação nos 12 meses anteriores —, a expansão do emprego feminino superou a do emprego masculino também no resultado anualizado de outubro de 2024, dessa vez com uma diferença especialmente expressiva. Dos 61,7 mil vínculos gerados no período, as mulheres ficaram com 36,5 mil, o equivalente a 59,1%. O adicional para a força de trabalho masculina foi de 25,2 mil empregos formais, ou 40,9% do total. Como se constata na Tabela 13, essa distribuição entre os sexos do emprego adicional dos últimos 12 meses inverte — e pode apontar no sentido de uma reversão — a predominância dos trabalhadores do sexo masculino no mercado formal do RS, ainda reconhecível no conjunto de empregados captado pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) ao final de 2022, em sua última edição disponível. Nela, os homens ostentavam uma participação de 53,1% no total de vínculos formalizados de trabalho.

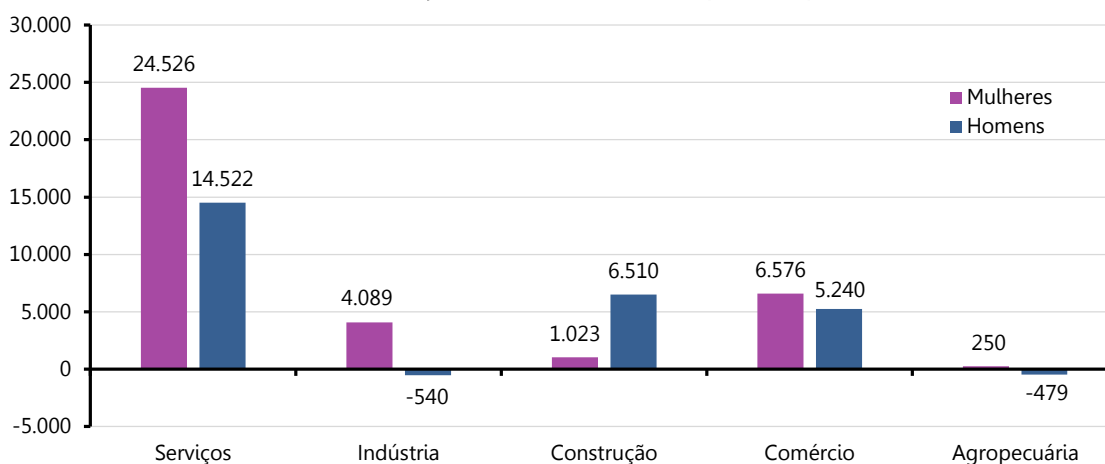
Tabela 13 - Distribuição do saldo do emprego formal e participação no saldo de out./2023-out./2024 e participação no estoque de emprego formal em 31/dez./2022, segundo atributos selecionados dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul

DISCRIMINAÇÃO	NOVO CAGED		RAIS 2022 (31/DEZ)
	Saldo em Out./23-Out./24	Participação % no Saldo	Participação % no Estoque
Sexo (total)	61.715	100,0	100,0
Homens	25.251	40,9	53,1
Mulheres	36.464	59,1	46,9
Faixa etária (total)	61.715	100,0	100,0
Menos de 18 anos	27.177	44,0	1,3
De 18 a 24 anos	51.907	84,1	13,9
De 25 a 29 anos	1.980	3,2	13,4
De 30 a 39 anos	-3.284	-5,3	27,3
De 40 a 49 anos	-388	-0,6	23,9
De 50 a 64 anos	-11.167	-18,1	18,2
65 ou mais	-4.510	-7,3	2,0
Escolaridade (total)	61.715	100,0	100,0
Analfabeto	320	0,5	0,2
Fundamental incompleto	356	0,6	9,7
Fundamental completo	2.550	4,1	8,6
Médio incompleto	13.033	21,1	7,7
Médio completo	41.790	67,7	46,2
Superior incompleto	2.941	4,8	6,4
Superior completo	725	1,2	21,3

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024b).
RAIS (Brasil, 2024a).

O melhor desempenho das mulheres em relação aos homens no período out./2023-out./24 caracterizou quatro dos cinco grandes grupamentos setoriais, como se pode visualizar no **Gráfico 17**. O número de vagas adicionais por elas conquistado foi amplamente majoritário nos serviços — único setor em que, segundo a RAIS de 2022, as mulheres tinham uma participação consideravelmente superior à dos homens no total de empregados (56,7% do total) —, mas também mostrou considerável vantagem no comércio, em que a distribuição da força de trabalho entre os sexos é bastante equilibrada, e em dois setores de forte predominância masculina. Em primeiro lugar, na indústria, o saldo positivo, nos últimos 12 meses, embora relativamente pequeno para a dimensão do setor, foi exclusivamente feminino, com 4,1 mil postos adicionais, ao passo que os homens perderam cerca de 500 vínculos. Em segundo, também na agropecuária — que é o setor menos expressivo na estrutura do emprego formal gaúcho, com acentuada predominância masculina, e gerou, nos últimos 12 meses, um saldo positivo próximo a zero —, houve uma variação matematicamente positiva para as mulheres, enquanto, para os homens, o resultado foi de pequena retração.

Gráfico 17 - Saldo do emprego formal de homens e mulheres, segundo o grande grupamento setorial, no Rio Grande do Sul — out./2023-out./2024



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024b).

Para os homens, nesses 12 meses mais recentes, a única vantagem em número de postos adicionais ocorreu na construção. Nesse setor, em que a força de trabalho masculina representava praticamente 90% na RAIS de 2022, os 6,5 mil empregos por eles conquistados entre outubro do ano passado e o mesmo mês de 2024 representaram 26,0% do saldo total dos homens. É digno de registro que também aqui as mulheres garantiram 1,0 mil novas vagas, participação, na expansão, superior à que detinham na estrutura do emprego do setor, o que reforça o avanço feminino também nessas atividades.

Analisando-se o crescimento do emprego a partir de outro atributo dos trabalhadores, a idade, reencontra-se uma tendência que vem caracterizando, neste caso, praticamente toda a série do Novo Caged, a saber, a concentração avassaladora dos saldos de emprego nas faixas muito jovens. Como sempre se reitera, essa base estatística fornece apenas uma aproximação sobre essa problemática, com limitações analíticas relevantes. Uma vez que o Novo Caged permite apenas estabelecer as diferenças matemáticas entre admissões e desligamentos de trabalhadores, a partir de diversos critérios — sem, no entanto, computar o universo dos indivíduos contratados em atividade, incluindo aqueles cujo vínculo de emprego não sofreu alteração no período —, variáveis como a idade são especialmente passíveis de gerar distorções, uma vez que todos os indivíduos mudam de faixa etária periodicamente, movimentando-se entre as categorias sem que tenha havido registro administrativo de ruptura ou início de um vínculo. Ademais, os desligamentos incluem não apenas demissões, mas outras modalidades, como aposentadoria e morte, que não se distribuem equanimente entre as faixas etárias. Deve-se considerar, ainda, que os desligamentos voluntários também entram nesse cômputo, e o peso que podem adquirir nas movimentações de mão de obra pode ser bastante diferenciado por faixa etária, além de responder a conjunturas de expansão ou retração dos níveis gerais de ocupação (Xavier Sobrinho; Sternberg, 2016).

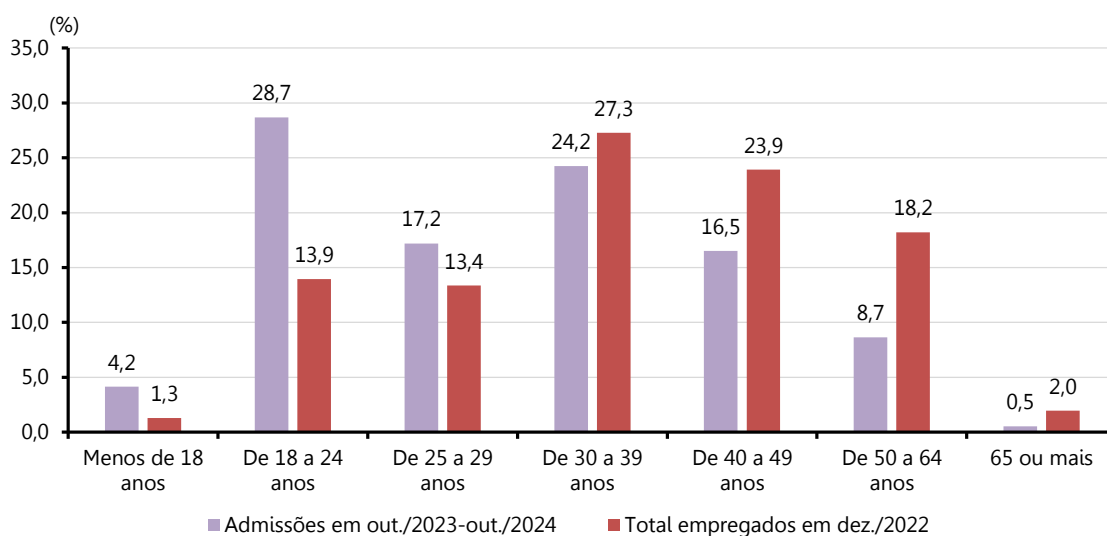
Ainda assim, é eloquente a constatação de que o saldo dos trabalhadores com menos de 25 anos de idade, somando-se os menores de idade e os empregados com idades entre 18 e 24 anos, atingiu 79 mil entre outubro do ano passado e o mesmo mês de 2024, um resultado 28% superior ao saldo efetivamente registrado no total do emprego formal, que computou reduções acumuladas de 19,3 mil vínculos no conjunto das faixas a partir dos 30 anos de idade (Tabela 13). Na primeira dessas, a de 30 a 39 anos, que, na RAIS de 2022, representava 27,3% do total de empregados formais gaúchos, houve 3,3 mil desligamentos a mais do que admissões nos últimos 12 meses disponíveis no Novo Caged. Dos 50 aos 64 anos, encontra-se o maior saldo negativo das faixas etárias da base estatística: -11,2 mil vínculos no período.

Experimenta-se, a seguir, uma segunda abordagem aproximativa da variável idade. Incorre-se, também, em limitações importantes, mas ampliam-se as evidências que contribuem para entrever as tendências na evolução do emprego formal segundo a faixa etária. O **Gráfico 18** considera apenas as admissões de trabalhadores computadas pelo Novo Caged para o período entre outubro de 2023 e o mesmo mês do corrente ano. Toma-se, aqui, apenas um dos “termos” do binômio que comporá o saldo do emprego, sendo, assim, evidente a limitação desse indicador, se considerado isoladamente. De qualquer forma, as evidências permitem matizar a ingente predominância dos indivíduos mais jovens na expansão do emprego, constatando-se que sua sobrerrepresentação nas admissões é intensa, mas atinge patamares menos elevados do que na formação dos saldos. O peso dos trabalhadores com até 24 anos no total de admissões situou-se em 32,8% nos últimos 12 meses, mais do que o dobro dos 15,2% que essa faixa representava no total de empregados formais do Estado ao final de 2022. Ainda na faixa de 25 a 29 anos, há essa maior participação nas contratações do que na estrutura do mercado formal. Já a partir dos 30 anos, a relação inverte-se, e mostra-se progressivamente maior a distância relativa que desfavorece a participação nas admissões ante o peso da faixa etária no estoque de empregados.

Por fim, no que diz respeito à escolaridade dos trabalhadores do mercado formal de trabalho, também tende a haver alterações em situações individuais que escapem aos registros do Novo Caged, caso não haja solução de continuidade do vínculo contratual, porém, certamente, esse fenômeno é menos universal do que a progressão das idades. Ao contrário do que se verificou nos resultados anualizados dos trimestres mais recentes, entre outubro de

2023 e outubro último, não houve saldo negativo em nenhuma faixa de escolaridade¹². Ainda assim, é clara a desproporção entre os pesos relativos dos trabalhadores mais escolarizados na estrutura do emprego formal gaúcho e sua presença no adicional de empregos gerado nos últimos 12 meses: a soma de indivíduos com ensino superior completo e incompleto, na RAIS de 2022, correspondia a 27,7% do estoque de vínculos formais; já no saldo de outubro de 2023 a outubro de 2024, limitou-se a 5,9%. Fenômeno simétrico, embora menos acentuado, verifica-se na outra ponta da distribuição dos níveis de escolarização: trabalhadores com fundamental completo ou sequer esse nível de educação formal somaram uma participação de 5,2% nos empregos adicionais, enquanto, ao final de 2022, ainda representavam 18,4% do estoque da RAIS no Estado. Domina a moderada expansão dos vínculos formais a escolaridade intermediária: 88,8% do saldo gerado nos últimos 12 meses repousam sobre os indivíduos com ensino médio incompleto ou completo (que detinham 53,9% da estrutura do emprego ao final de 2022).

Gráfico 18 - Participação das faixas etárias no total de trabalhadores formais admitidos (out./23-out./24) e no total de trabalhadores empregados (31/dez./2022) no Rio Grande do Sul



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024b).
RAIS (Brasil, 2024a).

Nota: Admissões segundo o Novo Caged, e total de empregados segundo a RAIS.

2.4 OS RESULTADOS NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS

Como vem sendo regra nas sucessivas análises trimestrais com resultados anualizados, há pelo menos três anos, todas as Regiões Funcionais (RFs) em que o Rio Grande do Sul é dividido para fins de planejamento apresentaram, entre outubro de 2023 e outubro deste ano, variações positivas de seus estoques de emprego formal. Mais uma vez, ademais, a dispersão dos percentuais foi considerável, distribuindo-se entre o mínimo de 0,4% na RF 7 (Noroeste) e o máximo, mais de 10 vezes superior, de 4,3% na RF 9 (Norte).

Na RF 9, os dois maiores mercados formais de trabalho foram também os que geraram mais vínculos formais de trabalho: Passo Fundo e Erechim, em conjunto, responderam por 6,5 mil empregos dos 11,1 mil que o total da região adicionou ao seu estoque no período. O terceiro maior saldo foi do município que fica em oitava posição em contingente de empregados formais, Soledade. O terceiro maior município, Marau, aportou o quarto maior número de novos empregos. No conjunto, esses quatro municípios criaram praticamente 8 mil postos, concentrados fortemente em serviços, embora o resultado relativo da construção tenha sido também digno de destaque.

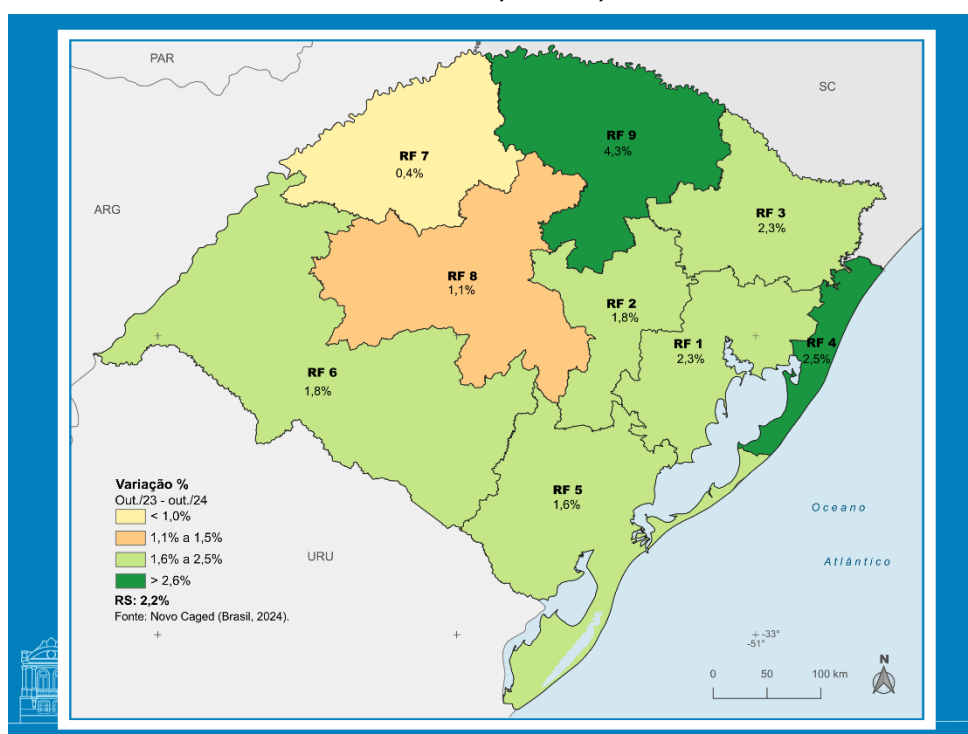
Já na RF 7, os quatro maiores mercados de trabalho municipais, Santa Rosa, Ijuí, Santo Ângelo e Panambi, tiveram crescimento, que, em conjunto, foi de 0,9%, tendo como melhor resultado o de Panambi (2,3%) e os menos

¹² Em cada uma das três edições trimestrais deste boletim publicadas anteriormente, em 2024, o cômputo dos 12 meses mais recentes da movimentação de empregados formais segundo a escolaridade apontava saldos negativos para os trabalhadores com ensino fundamental incompleto e também para aqueles com superior completo, quando não para outras faixas.

significativos os de Santa Rosa e Santo Ângelo (0,3% em ambos os casos). Perdas significativas também foram registradas em outros municípios da região, com destaque para a pequena Miraguaí, cujo estoque de empregados formais rondou os 1.500 indivíduos entre 2020 e 2023, recuando para 606 em 2024 (sempre se considerando os meses de outubro), em razão do incêndio de uma planta industrial de processamento de frangos. Nos últimos 12 meses, a redução ficou em 908 postos. A segunda maior retração absoluta nessa RF ocorreu em Horizontina (-569 postos), concentrada na grande planta de máquinas agrícolas lá sediada, em consonância com os maus resultados setoriais apontados acima. O terceiro saldo negativo em expressão (-262) verificou-se em Santo Augusto, no setor agropecuário.

Na RF 8 (Central), com o segundo resultado mais pálido, o crescimento brando marcou boa parte do território. Santa Maria, que concentra 41% do emprego formal total da região, gerou 1,3 mil postos adicionais, com uma variação de 2,0%. Dois municípios com contingentes de trabalhadores bem menos expressivos, mas que se encontram na segunda e na quarta posição em números de empregos formais, registraram retração do emprego: Cachoeira do Sul e Não-me-Toque, respectivamente. No primeiro caso, uma variação de -2,2%; no segundo, de -4,1%. O segundo melhor resultado, por sua vez, o da RF 4 (Litoral Norte), posicionou-se próximo ao do agregado do Estado e, sem surpresas, concentrou-se nos dois últimos meses de 2023, na iminência da temporada turística de verão, e nos setores de comércio e serviços.

Mapa 1 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — out./2023-out./2024



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024b).

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um momento bastante adverso do mercado de trabalho de trabalho gaúcho, em razão dos eventos climáticos extremos do segundo trimestre de 2024 — quando, em maio e junho, o Estado perdeu cerca de 30 mil vínculos de emprego legalizados —, em outubro último o estoque de postos formais já superava, por pequena diferença, o patamar de abril e era o mais elevado do ano até então. Por certo, essas comparações entre diferentes meses tendem a carregar efeitos de sazonalidade, mas a redução sofrida por ocasião do desastre ambiental só encontra paralelo, em magnitude, na série do Novo Caged, nos dois primeiros meses de eclosão da COVID-19, em 2020.

Os sinais de que a resposta do mercado de trabalho ao fenômeno climático foi relativamente rápida e efetiva — com o fundamental apoio dos aportes governamentais em suas diferentes esferas — não obscurecem as desvantagens que o Rio Grande do Sul vem apresentando no longo prazo, do ponto de vista do dinamismo do emprego, quando comparado ao agregado nacional e às demais unidades da Federação. Uma vez mais, com os dados mais recentes avançando até outubro último, o Estado fica com a menor variação do Brasil, seja no intervalo dos últimos 12 meses, seja no dos 12 meses imediatamente anteriores, seja no acumulado de quatro anos desde o primeiro outubro da série estatística, o do ano de 2020.

A indústria mostrou-se o setor com maiores deficiências, nesses últimos meses, acumulando retrações — ainda que pouco acentuadas — nos resultados anualizados até julho último, estagnando-se em agosto e esboçando as variações setoriais menos expressivas em setembro e outubro. A construção, embora com pequena participação no total do emprego formal gaúcho, vem ostentando os maiores índices de crescimento de seu estoque de vínculos de trabalho, impulsionada pelas muitas demandas deixadas no rastro das chuvas.

O emprego feminino destacou-se fortemente no adicional de 61,7 mil vagas que o Estado gerou nos últimos 12 meses disponíveis. Mantém-se, paralelamente, a forte predominância do ingresso dos trabalhadores mais jovens, de até 24 anos, na expansão de oportunidades no segmento formal do mercado de trabalho, bem como a de indivíduos com ensino médio completo ou incompleto, em detrimento daqueles menos escolarizados, mas, também, dos detentores de ensino superior completo ou incompleto.

Do ponto de vista territorial, a Região Funcional 9, no Norte do Estado, teve o maior percentual de crescimento do emprego nos últimos 12 meses, seguida pelo Litoral Norte (RF 4). Com as variações menos expressivas, mas, ainda assim positivas, o Noroeste (RF 7) e o Centro (RF 8).

Box**TRABALHO INFORMAL NO RIO GRANDE DO SUL, NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2024: SEGMENTOS SOCIODEMOGRÁFICOS DE MAIOR CRESCIMENTO**

Conforme foi mostrado na seção 1 deste boletim, ocorreu um crescimento expressivo do contingente de ocupados informais no Estado, no terceiro trimestre de 2024: o número de trabalhadores informais passou de 1.842 mil pessoas no terceiro trimestre de 2023 para 1.970 mil pessoas no terceiro trimestre de 2024, o que correspondeu a uma variação positiva de 7,0%. Esse aumento da ocupação informal fez com que, na comparação interanual, a taxa de informalidade do RS passasse de 31,4% para 32,9%. O objetivo deste box é o de, ao desagregar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), identificar quais foram os segmentos sociodemográficos em que mais cresceu a ocupação informal no Estado, no terceiro trimestre de 2024.

Iniciando pelo recorte da força de trabalho do RS por **sexo**, foi maior o crescimento da ocupação informal entre os homens, em relação às mulheres, na comparação do terceiro trimestre de 2024 com o mesmo trimestre do ano anterior: 8,0% contra 5,7% (**Tabela A**). Nessa referência comparativa, o contingente de homens ocupados informais teve um aumento de 81 mil pessoas, e o de mulheres, de 47 mil. Dado esse comportamento, houve elevação da parcela relativa de homens na ocupação informal, de 55,2% no terceiro trimestre de 2023 para 55,7% no terceiro trimestre de 2024.

No que diz respeito à segmentação da força de trabalho estadual por **idade**, a ocupação informal, no terceiro trimestre de 2024, em termos interanuais, cresceu mais entre os jovens de 14 a 29 anos (9,4%, mais 42 mil pessoas), e entre os idosos de 60 anos ou mais (11,4%, mais 33 mil pessoas) (**Tabela A**). Assim, esses dois grupos populacionais aumentaram as suas parcelas relativas na ocupação informal: o primeiro, de 24,3% no terceiro trimestre de 2023 para 24,8% no terceiro de 2024, e o segundo, de 15,7% para 16,4%.

Quanto ao recorte da força de trabalho gaúcha por **raça ou cor**, a ocupação informal aumentou em ritmo muito mais intenso, no terceiro trimestre de 2024, entre os negros, em comparação aos brancos: 10,0% contra 5,9% (**Tabela A**). Isso fez com que a parcela relativa de negros no trabalho informal passasse de 23,3% no terceiro trimestre de 2023 para 24,0% no terceiro trimestre de 2024. Todavia, pelo fato de os brancos serem um segmento populacional de maior tamanho do que o dos negros, o aumento interanual absoluto de brancos na ocupação informal foi de maior magnitude (83 mil) do que o dos negros (43 mil).

A desagregação da força de trabalho por **níveis de instrução** evidencia que a ocupação informal no RS, na comparação do terceiro trimestre de 2023 com o terceiro trimestre de 2024, se elevou com maior intensidade nos segmentos com ensino médio incompleto (12,4%, mais 20 mil pessoas), médio completo (9,5%, mais 45 mil pessoas) e superior completo (14,5%, mais 34 mil pessoas) (**Tabela A**). Como decorrência, o segmento com ensino médio incompleto aumentou a sua parcela relativa na ocupação informal de 8,8% para 9,2%, o com médio completo, de 25,6% para 26,2%, e o com superior completo, de 12,7% para 13,6%.

De maneira sumária, este box revela que a ocupação informal, uma medida de desproteção social do trabalho, no terceiro trimestre de 2024, se elevou com maior intensidade no RS entre os homens, os jovens, os idosos, os negros e entre as pessoas com níveis de instrução médio e superior completo.

**Tabela A - Ocupados informais, total e por características sociodemográficas,
no Rio Grande do Sul — 3.º trim./2023 e 3.º trim./2024**

DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTE (1.000 pessoas)		Δ%	DISTRIBUIÇÃO %	
	3.º Trim./2023	3.º Trim./2024		3.º Trim./2023	3.º Trim./2024
Total	1.842	1.970	7,0	100,0	100,0
Sexo					
Homens	1.017	1.098	8,0	55,2	55,7
Mulheres	825	872	5,7	44,8	44,3
Idade					
De 14 a 29 anos	448	490	9,4	24,3	24,8
De 30 a 44 anos	567	589	3,9	30,8	29,9
De 45 a 59 anos	538	569	5,8	29,2	28,9
60 anos ou mais	289	322	11,4	15,7	16,4
Cor ou raça					
Branços	1.403	1.486	5,9	76,2	75,4
Negros	429	472	10,0	23,3	24,0
Níveis de instrução					
Fundamental incompleto	628	648	3,2	34,1	32,9
Fundamental completo ...	224	228	1,8	12,1	11,6
Médio incompleto	161	181	12,4	8,8	9,2
Médio completo	472	517	9,5	25,6	26,2
Superior incompleto	123	128	4,1	6,7	6,5
Superior completo	234	268	14,5	12,7	13,6

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da Pesquisa.

2. Cor ou raça não inclui indivíduos de cor ou raça amarela e indígenas.

3. Negros incluem indivíduos pretos ou pardos.

4. Fundamental incompleto inclui indivíduos sem instrução e com menos de um ano de estudo.

REFERÊNCIAS

- BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 6, n. 3, 2024. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-conjuntura>. Acesso em: 21 nov. 2024
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 4, n. 1, 2022. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 6, n. 3, 2024. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 27 nov. 2024.
- BRAGA, D.; ASSUNÇÃO, G.; HIDALGO, L. **Package PNADcIBGE**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/PNADcIBGE/index.html>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Base estatística RAIS**. Brasília, DF: MTE, 2024a. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 29 nov. 2024.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Estatísticas mensais do emprego formal** — Novo Caged: outubro 2024. Brasília, DF: MTE, 2024b. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 6 dez. 2024.
- CONCEIÇÃO, C. S.; LAZZARI, M. R.; FANTINEL, V. D. **Resultados do PIB Trimestral do Rio Grande do Sul — 2.º trimestre de 2024**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2024. (Nota Técnica n. 98). Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//pib-trimestral-rs-2-trim-2024-nt-dee-98.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- HOFFMANN, H.; BOTASSIO, D.; JESUS, J. **Distribuição de renda** — medidas de desigualdade, pobreza, concentração, segregação e polarização. São Paulo: Edusp, 2019.
- IBGE. **Medidas de subutilização da força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Nota técnica, n. 2). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf. Acesso em: 12 maio 2021
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: PNAD Contínua — Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2024a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2024. Acesso em: 22 nov. 2024.
- IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — Divulgação Trimestral — 3.º trimestre de 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 22 nov. 2024.
- ILO. **Key indicators of the labour market**. Geneva: ILO, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---stat/documents/publication/wcms_498929.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.
- LUMLEY, T. **Package survey**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/survey/index.html>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- OIT. **Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo**. Geneva: OIT, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dqreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf. Acesso em: 5 jun. 2019.
- PESSOA, D.; DAMICO, A.; JACOB, G. **Package convey**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/convey/index.html>. Acesso em: 16 out. 2024.
- XAVIER SOBRINHO, G. G. F.; STERNBERG, S. Demissões voluntárias: sentidos renovados da rotatividade em um mercado de trabalho aquecido. **Indicadores Econômicos FEE**, V. 43, N. 3, 2016. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/3667/3662>. Acesso em: 16 nov. 2024



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL